

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

DETERMINANTES DO  
RECONHECIMENTO DAS PERDAS  
POR IMPARIDADE DO *GOODWILL*  
NAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS  
DO PSI 20 E IBEX 35 (2013 A 2017)

---

Hauria Olívia do Espírito Santo D'Alva Teixeira

Lisboa, setembro de 2019



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

DETERMINANTES DO  
RECONHECIMENTO DAS PERDAS  
POR IMPARIDADE DO *GOODWILL*  
NAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS  
DO PSI 20 E IBEX 35 (2013 A 2017)

Hauria Olívia do Espírito Santo D'Alva Teixeira

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Paula Gomes dos Santos e coorientação científica da Professora Doutora Carla Martinho.

Constituição do Júri:

Presidente – Doutora Ana Maria Sotomayor

Arguente – Doutor Fábio Albuquerque

Vogal – Doutora Paula Gomes dos Santos

Lisboa, setembro de 2019

## **Declaração**

Declaro ser a autora desta Dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## **Dedicatória**

Este trabalho é inteiramente dedicado aos meus pais.

## **Epígrafe**

“A grandeza de um ser humano não está no quanto ele sabe, mas no quanto ele tem consciência que não sabe. O destino não é frequentemente inevitável, mas uma questão de escolha. Quem faz escolha, escreve sua própria história, constrói seus próprios caminhos”

*Augusto Cury.*

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a Deus por me ter concedido saúde e muita força para superar todas as dificuldades.

À minha mãe Lucrécia Afonso Neto, pelo amor, pela educação, pela força transmitida ao longo da elaboração desta dissertação e por ser a minha maior fonte de inspiração, mesmo estando distante, sempre me incentiva e me apoia.

Aos meus irmãos Olimidê, Célia, Faty, Cesaltina e Nilton, à minha madrinha Maria Vaz, ao meu avô Manuel dos Ramos e a todos os meus tios e primos pela motivação diária e amor que têm demonstrado por mim.

À minha orientadora, Doutora Paula Santos, por ter aceite o desafio de orientar-me na presente dissertação e pela longa jornada na qual teve sempre disponibilidade para contribuir com orientações sábias.

À minha coorientadora, Doutora Carla Martinho, expresso o meu agradecimento pela colaboração e disponibilidade demonstrada ao longo da elaboração desta investigação, pelos seus conselhos, opiniões e pela força transmitida.

Aos professores (as), João Pedro Bicho, Sandra Ribeiro, Cristina Lima, Ana Dias, Alexandra Domingos, Ana Maria Sotomayor, Clara Gariso, Fábio Albuquerque, Joana Souto, Maria Margarida Piteira, Tânia de Jesus, Rui Domingos e José Salazar.

Ao meu namorado, Momade Daniel Amade pelo amor, companheirismo, pela paciência e pela força transmitida ao longo da elaboração da dissertação.

A todos os meus colegas de trabalho, especialmente a Célia Barata, Filipa Coelho e Sónia Aires pela amizade e pelo apoio.

Aos amigos, em particular, Teresa Fernandes, Irina Gonçalves, Maria Angeles Avilés Ávila, Zercileid Lima, Hyneida Andrade, Alfredo Gonçalves, Hamilton Paquete, Ana Carina, pelo carinho e pela amizade.

Ao ISCAL, aos Docentes pela paciência e pelos conhecimentos transmitidos.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

## Resumo

O *goodwill* é um ativo que tem gerado grande controvérsia e o seu tratamento contabilístico já sofreu várias alterações. Ao longo dos anos tem-se verificado um elevado número de estudos sobre o teste de imparidade do *goodwill* e o seu impacto na qualidade das informações que são divulgadas pelas empresas.

Assim, o presente estudo tem como objetivo estudar quais são os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* divulgado pelas empresas não financeiras cotadas no PSI 20 e IBEX 35. Desta forma, a amostra considerada é composta por 31 empresas não financeiras cotadas, 14 cotadas no PSI 20 e 17 cotadas no IBEX 35, para o período de 2013 a 2017. Com base nos dados obtidos através dos Relatórios e Contas Consolidadas, efetuou-se a análise estatística, com recurso à regressão logística múltipla.

Da análise efetuada, foi possível concluir que os fatores rentabilidade do ativo, dimensão da empresa e alavancagem financeira são estatisticamente significativos para determinar o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* para as empresas incluídas no estudo.

**Palavra-chave:** *Goodwill*, Perdas por Imparidade, Determinantes do reconhecimento, Empresas Cotadas, Regressão Logística.

## *Abstract*

Goodwill is an asset that has been very controversial and its accounting treatment has undergone many changes. Over the years, there have been an increasing number of studies on Goodwill impairment test and its impact on quality of information that are disclosure by the companies.

The present study aims to verify the determinants of goodwill impairment losses recognition disclosed by non-financial companies listed in PSI 20 and IBEX 35. The considered sample is composed of 31 non-financial companies listed, 14 being listed on PSI-20 and 17 being listed on IBEX-35, for the 2013-2017 period.

Based on the collected data from the consolidated reports and annual accounts, statistical analysis was done using the correlation analysis and the multiple logistic.

From the performed analysis, it was possible to conclude that the factors of asset return, company size and financial leverage are statistically significant to determine goodwill's impairment losses for the companies included in the study.

Keyword: Goodwill, Impairment Loss, Determinants of recognition, Listed Companies, Logistic Regression.

# Índice

ÍNDICE DE QUADROS .....	XI
ÍNDICE DE TABELAS .....	XII
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	XIII
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	XIV
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....	1
1.1 ENQUADRAMENTO DO TEMA .....	1
1.2 OBJETIVOS E ESTRUTURA DO TRABALHO .....	3
CAPÍTULO II. REVISÃO DE LITERATURA .....	4
2.1 <i>GOODWILL</i> E A CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS .....	4
2.1.1 <i>O conceito de goodwill</i> .....	4
2.1.2 <i>Concentração de Atividades Empresariais</i> .....	6
2.1.3 <i>Reconhecimento e mensuração inicial do goodwill</i> .....	10
2.1.4 <i>Mensuração subsequente do goodwill</i> .....	12
2.1.5 <i>Goodwill gerado internamente versus goodwill adquirido</i> .....	13
2.1.6 <i>Divulgações do goodwill</i> .....	14
2.2 <i>GOODWILL</i> NAS CONTAS INDIVIDUAIS E NAS CONTAS CONSOLIDADAS .....	15
2.3 IMPARIDADE DO <i>GOODWILL</i> .....	21
2.3.1 <i>Conceito de imparidade</i> .....	21
2.3.2 <i>Enquadramento do normativo de Imparidade de Ativos</i> .....	22
2.3.3 <i>Divulgação das perdas por imparidade do goodwill</i> .....	26
2.4 FATORES DETERMINANTES DO RECONHECIMENTO DAS PERDAS POR IMPARIDADE DO <i>GOODWILL</i> .....	27
2.4.1 <i>Fatores relacionados com as características empresariais</i> .....	28
2.4.2 <i>Fatores relacionados com as características do ambiente empresarial</i> .....	32
2.4.3 <i>Fatores associados à manipulação de resultados</i> .....	33
CAPÍTULO III. ESTUDO EMPÍRICO .....	36
3.1 METODOLOGIA E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....	36
3.2 SELEÇÃO E RECOLHA DOS DADOS .....	38
3.3 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS E ANÁLISE DE CORRELAÇÃO .....	45
3.4 MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MÚLTIPLA .....	48
3.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	56
CAPÍTULO IV. CONCLUSÕES .....	59
4.1 CONCLUSÕES .....	59
4.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS .....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	61
APÊNDICES .....	66

## Índice de Quadros

Quadro 2.1 Fatores que podem contribuir para o surgimento do <i>goodwill</i> .....	6
Quadro 2.2 Evolução histórica da IFRS 3 .....	7
Quadro 2.3 Diferenças entre a IFRS 3 substituída e a IFRS 3 revista.....	8
Quadro 2.4 Mensuração e reconhecimento do <i>goodwill</i> .....	11
Quadro 2.5 Mensuração subsequente do <i>goodwill</i> .....	13
Quadro 2.6 Método de contabilização das participações financeiras.....	21
Quadro 2.7 Indicadores de Imparidade.....	23
Quadro 2.8 Vantagens e desvantagens da amortização <i>versus</i> teste anual de imparidade do <i>goodwill</i> .....	26
Quadro 2.9 Determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do <i>goodwill</i> ....	35
Quadro 3.1 Hipóteses de investigação.....	37
Quadro 3.2 Definição das variáveis.....	38

## Índice de Tabelas

Tabela 3.1 Empresas que compõem a amostra organizadas por Setor de Atividade .....	40
Tabela 3.2 Relevância do <i>goodwill</i> nos ativos intangíveis – PSI 20 .....	42
Tabela 3.3 Relevância do <i>goodwill</i> nos ativos intangíveis – IBEX 35.....	43
Tabela 3.4 Distribuição, por índice, com reconhecimento ou não das perda por imparidade do <i>goodwill</i> .....	44
Tabela 3.5 Estatísticas descritivas das variáveis .....	45
Tabela 3.6 Classificação dos valores de Correlação <i>Pearson</i> .....	46
Tabela 3.7 Coeficientes de correlação de <i>Person</i> entre as variáveis .....	47
Tabela 3.8 Multicolinearidade entre as variáveis .....	49
Tabela 3.9 Classificação inicial do modelo .....	50
Tabela 3.10 Teste de Omnibus dos Coeficientes dos modelos.....	50
Tabela 3.11 Resumo do modelo .....	51
Tabela 3.12 Teste de Hosmer e Lemeshow .....	52
Tabela 3.13 Classificação final do modelo.....	52
Tabela 3.14 Variáveis do modelo de regressão logística múltipla .....	53
Tabela 3.15 Variáveis do modelo de regressão logística múltipla – Empresas do PSI 20 ..	55
Tabela 3.16 Variáveis do modelo de regressão logística múltipla – Empresas do IBEX 35 .....	55
Tabela 3.17 Verificação das hipóteses resultantes da revisão de literatura.....	58

## Índice de Gráficos

Gráfico 3.1 Distribuição das empresas por setor de atividade .....	41
Gráfico 3.2 Reconhecimento do <i>goodwill</i> por ano .....	41
Gráfico 3.3 Reconhecimento das perdas por imparidade do <i>goodwill</i> por ano.....	44

## Lista de Siglas e Abreviaturas

ALAV – Alavancagem Financeira

CAE – Concentração de Atividades Empresariais

DFC – Demonstrações Financeiras Consolidadas

DFI – Demonstrações Financeiras Individuais

DIM – Dimensão da Empresa

FASB – Financial Accounting Standards Board

GOODW – *Goodwill*

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – International Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standards Committee

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*

IMPGOODW – Perdas por imparidade do *goodwill*

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

RCP – Rentabilidade do Capital Próprio

RLP – Resultado Líquido do Período

ROA – Rentabilidade do Ativo

SIC – *Standard Interpretations Committee*

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*

UE – União Europeia

UGC – Unidade Geradora de Caixa

## Capítulo I. Introdução

Neste capítulo apresenta-se de forma sucinta, o enquadramento do tema, a motivação deste estudo, os objetivos propostos para a sua elaboração, a pergunta da investigação e, por fim, a estrutura do trabalho.

### 1.1 Enquadramento do tema

O Regulamento (CE) nº 1606/2002, de 19 de julho, foi aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia, e tem como objetivo “garantir a qualidade das normas internacionais de contabilidade e, por outro lado, aumentar a comparabilidade das Demonstrações Financeiras elaboradas pelas empresas cujos títulos são colocados à negociação”.

O referido regulamento, estabeleceu a adoção na União Europeia (UE) das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), nomeadamente as *International Accounting Standards* (IAS), *International Financial Reporting Standards* (IFRS), *Standard Interpretations Committee* (SIC) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), que passaram a ser de carácter obrigatório para as empresas cotadas a partir de 2005.

Segundo Rodrigues (2016), a adoção obrigatória das IAS/IFRS pelas empresas cujos títulos são colocados à negociação, visou responder às crescentes necessidades em matéria de relato financeiro e contribuir para a harmonização contabilística entre diferentes estados-membros.

Ao longo dos anos tem-se verificado um elevado aumento de Concentração de Atividades Empresariais (CAE), nomeadamente, «criação de subsidiárias, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas» a nível mundial (Lopes, 2017, p. 19).

Como consequência do aumento das CAE, verifica-se, de igual modo, um aumento do reconhecimento do *goodwill* nas contas individuais das empresas, tendo em conta que este resulta da diferença entre o custo de concentração e o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos da empresa adquirida.

Segundo Pires (2017, p. 1), esta diferença «é vista na ótica da empresa adquirente, como um conjunto de valores imateriais que [...] são identificados na contabilidade. Este conjunto de valores, é designado por *goodwill*».

Devido à complexidade e subjetividade que está associado ao *goodwill* e aos respetivos testes de imparidade anual, é necessário averiguar se as empresas estão a cumprir com o previsto nas normas no que se refere ao reconhecimento, mensuração e divulgação do *goodwill* aquando da elaboração das suas Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFC).

Portanto, os testes de imparidade do *goodwill* são uma questão repleta de subjetividade, visto que é necessário determinar o valor de uso dos ativos a que o *goodwill* diz respeito, e para isso é necessária a utilização de pressupostos que estão dependentes da visão e dos interesses dos órgãos de gestão (Moreira, 2018).

Neste contexto, Carvalho, Rodrigues e Ferreira (2010) e Eloff e Villiers (2015) referem nos seus estudos que a subjetividade inerente aos testes de imparidade do *goodwill*, tem sido motivo de diversos estudos.

Por sua vez, Moreira (2018) refere que a subjetividade relacionada ao teste de imparidade do *goodwill* é um dos motivos que tem levado aos muitos desenvolvimentos quer do normativo nacional, quer do normativo internacional, visando a diminuição dessa subjetividade e contribuindo para a uniformização das informações financeiras divulgadas pelas empresas.

Entretanto, na literatura existem diversos estudos sobre as perdas por imparidade do *goodwill*, mas, em alguns estudos já realizados sobre os fatores determinantes do reconhecimento de tais perdas, observa-se que os resultados obtidos são contraditórios em relação a tais determinantes.

De facto, quais são os fatores determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*?

No presente estudo, serão apresentados vários estudos desenvolvidos por diversos autores sobre esta temática, onde se debruçaram sobre os diferentes fatores que podem influenciar os órgãos de gestão aquando do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

## 1.2 Objetivos e estrutura do trabalho

O objetivo principal do presente estudo consiste em estudar quais os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* divulgado pelas empresas não financeiras que integram o PSI 20 e IBEX 35, no período de 2013 a 2017.

Assim sendo, este trabalho pretende responder à seguinte pergunta de investigação:

Quais os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* divulgado pelas empresas não financeiras do PSI 20 e IBEX 35 no período de 2013 a 2017?

A presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita a introdução do tema da investigação que insere neste capítulo. O segundo capítulo, revisão da literatura, encontra-se dividido por quatro temas: o conceito de *goodwill* na perspetiva de alguns autores; o conceito de concentração de atividades empresariais; o tratamento do *goodwill* nas Demonstrações Financeiras Individuais (DFI) e nas DFC; o conceito da imparidade do *goodwill* e o seu enquadramento normativo e, por fim, apresentam-se os fatores que determinam o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* com base nos estudos que já foram elaborados.

No terceiro capítulo (Estudo Empírico), apresenta-se a metodologia de investigação, as hipóteses de investigação, os objetivos do estudo, os critérios utilizados na seleção e exclusão das empresas, as estatísticas descritivas, a análise de correlação entre as variáveis, a especificação do modelo de regressão logística múltipla e a discussão dos resultados obtidos.

Por fim, no quarto capítulo, apresentam-se as conclusões, as limitações do estudo e sugestões para estudos futuros.

## Capítulo II. Revisão de literatura

Neste capítulo, começa-se por definir o conceito do *goodwill* e a sua relevância nas demonstrações financeiras das empresas através da revisão de estudos anteriormente realizados. Seguindo-se o enquadramento normativo sobre o *goodwill*, nomeadamente o seu tratamento quer nas contas individuais, quer nas contas consolidadas. Por fim, é realizada uma revisão de estudos empíricos, que identificaram determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

### 2.1 *Goodwill* e a Concentração de Atividades empresariais

#### 2.1.1 O conceito de *goodwill*

O *goodwill* tem sido objeto de diversos estudos ao longo dos anos. De entre os ativos intangíveis não identificáveis, o *goodwill* evidencia-se como um dos mais importantes, embora, este seja um ativo que tem gerado grande controvérsia.

Entre os autores que se debruçaram sobre este tema, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 392) consideram que o *goodwill* «é o ativo de tratamento mais complexo porque carece de muitas características associadas a ativos, tais como identificabilidade e separabilidade».

Segundo Silva (2013, p. 58), a primeira referência ao *goodwill* surgiu no século XVI, e o «seu desenvolvimento do ponto de vista contabilístico começou a assumir relevância nos finais do século XIX, motivado pelos efeitos das primeiras concentrações empresariais».

Em 1884, foi publicado na revista *The Accountant William Harris*, o primeiro artigo sobre o *goodwill*, «referindo o crescimento significativo do mesmo com o aparecimento das sociedades por ações. Contudo, o primeiro trabalho sistemático tendo como tema central o *goodwill*, surgiu em 1891, por Francis More [...] onde relacionou a avaliação do *goodwill*, suportada em diferentes critérios e opiniões» (Cavalinhos, 2013, p. 4).

Ao longo do século XX, constatou-se um crescente aumento de operações de concentração de atividades, nomeadamente nos sectores de serviços e das novas tecnologias, razão pela qual houve um aumento progressivo do reconhecimento do *goodwill* nas demonstrações financeiras (Rodrigues, 2003). Nos finais do século XX, verificou-se um grande número de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos, razão pela qual o *goodwill* e toda

a classe de ativos intangíveis, começaram a ser objeto de inúmeros estudos, com vista à harmonização a nível mundial (Silva, 2013).

No contexto atual, a temática do *goodwill* tem vindo a ganhar mais relevância devido ao aumento das concentrações de atividades empresariais (Moreira, 2018).

Por outro lado, o *goodwill* «ganha relevância em contextos distintos, nomeadamente, nos processos de consolidação, nas fusões por aquisição, nas aquisições de ativos, nas aquisições de algumas participações sociais» (Rodrigues, 2003, p. 194).

Rodrigues (2003, p. 194) refere que, tratando das aquisições de partes de capital, o *goodwill* «representa o excesso do preço pago pela empresa [...] que reflete a capacidade futura de ganhos resultantes da aquisição».

Lopes (2017) define o *goodwill* como o excesso da diferença entre o valor de aquisição e a parte não imputada ao ativo ou passivo identificável.

Para Zang (2008, p. 5), o *goodwill* «*is a unique asset that is not directly associated with any specific identifiable rights and is not separable from the company as a whole*».

Para Fonseca (2009, p. 82), o *goodwill* «representa o valor extra atribuído a uma empresa em virtude da sua marca, reputação, posição competitiva no mercado patentes, lealdade dos clientes, entre outros elementos difíceis de mensurar e de identificar que uma empresa possa ter».

Segundo Gonçalves (2015, p. 19), «somente é contabilizado o *goodwill* adquirido, ou seja, aquele que resulta da aquisição de uma entidade».

Para Gonçalves (2015, p. 22), «*Fondo de comercio*, aviamento, trespasse, sobrevalor, ágio comercial patrimonial, diferença de aquisição, *goodwill* e diferenças de consolidação são algumas das expressões atribuídas ao *goodwill*».

Lopes (2017, p. 176), refere que o *goodwill* «corresponde à parte da diferença de aquisição que não é imputável a qualquer ativo ou passivo identificável (corresponde ao “remanescente”; “sobrevalor”»).

Soares e Rocha (2009, p. 4) referem duas perspetivas de abordagem ao conceito *goodwill*:

- Perspetiva financeira;
- Perspetiva económica.

Segundo Soares e Rocha (2009, p. 4), numa perspetiva financeira, «o *goodwill* é considerado na ótica da empresa adquirente um pagamento antecipado de benefícios económicos futuros não só dos elementos patrimoniais da adquirida, mas sobretudo a sua capacidade de gerar lucros no futuro».

Relativamente à perspetiva económica, «o *goodwill* considera-se a possibilidade de identificar [...] elementos imateriais que levará a empresa adquirente a pagar um montante superior ao do simples valor contabilístico dos elementos identificados nas demonstrações financeiras da empresa adquirida» (Soares & Rocha, 2009, p. 4).

Os autores Qasim, Hadda e AbuGhazaleh (2013, p. 63) referem nos seus estudos que «The term goodwill was initially used to mean value created by customer loyalty».

No Quadro 2.1, apresentam-se alguns fatores que contribuem para o surgimento do *goodwill*. Tais fatores são importantes para a contabilidade, uma vez que estes poderão criar valor para a empresa (Santos, Schmidt, Machado, Pinheiro & Fernandes, 2004).

**Quadro 2.1** Fatores que podem contribuir para o surgimento do *goodwill*

<b>Fatores que podem contribuir para o surgimento do <i>goodwill</i></b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Know-how</i>;</li> <li>• Prestígio e o renome do negócio;</li> <li>• Localização geográfica;</li> <li>• Boas relações entre empresas;</li> <li>• Boa legislação;</li> <li>• Alta tecnologia;</li> <li>• Publicidade eficiente;</li> <li>• Técnicas administrativas diferentes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Clientela estabelecida, tradicional e contínua;</li> <li>• Eficiência dos empregados;</li> <li>• Boas relações públicas;</li> <li>• Crédito proeminente;</li> <li>• Processos secretos de fabricação;</li> <li>• Condições monopolísticas.</li> </ul>

**Fonte:** Santos *et al.* (2004, p. 4).

### 2.1.2 Concentração de Atividades Empresariais

A adoção das IAS/IFRS tem como objetivo a harmonização contabilística nos países da UE. O estudo é baseado nas empresas não financeiras cotadas em bolsa, e, para estas empresas, o *goodwill* é tratado pela IFRS 3 – Concentração das Atividades Empresariais.

A IFRS 3 surge após revisão da IAS 22 Combinação de Negócios (1998) e passou a ser aplicável a partir de 31 de março de 2004. Sendo assim, a adoção da IFRS 3 a partir de 31 de março de 2004 foi um dos temas que ganhou relevância e, teve como consequência, a alterações de outras normas internacionais de contabilidade. No Quadro 2.2 apresenta-se a evolução histórica da IFRS 3.

**Quadro 2.2** Evolução histórica da IFRS 3

<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
1 de abril de 2001	Projeto transitado do antigo IASC.
julho de 2001	Projeto adicionado à agenda IASB.
5 de dezembro de 2002	Combinações de projeto de exposição de negócios e projetos de exposição relacionados proposta de alteração à IAS 36 e à IAS 38.
31 de março de 2004	IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais tendo em conta as versões alteradas do IAS 36 e IAS 38; IFRS 3 substitui a IAS 22.
1 de abril de 2004	Data efetiva da IFRS 3.
29 de abril de 2004	Projeto de Exposição de emendas propostas à IFRS 3 Concentrações apenas por contrato ou que envolvam entidades mútuo após examinar os comentários sobre este ED, o Conselho decidiu incluir as questões abordadas na ED na década de 30 minuta Junho de 2005.
25 de junho de 2005	Projeto de Norma de Emendas Propostas para IFRS 3.
10 de janeiro de 2008	Revisão da IFRS 3.
1 de julho de 2009	Data efetiva da IFRS 3 revista em 2008.
6 de maio de 2010	Aditamentos à IFRS 3 após melhoramentos anuais da IFRS 2010.
1 de julho de 2010	Data efetiva da IFRS 3 após a alteração de maio de 2010
12 de dezembro de 2013	Alterado por Melhorias Anuais das IFRSs Ciclo 2010–2012 (consideração contingente). Aplicável para combinações de negócios para as quais a data de aquisição é em ou após 1º de julho de 2014.
12 de dezembro de 2013	Alterado por Melhorias Anuais das IFRSs Ciclo 2011–2013 (exceção de escopo para joint ventures). Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014
12 de dezembro de 2017	Alterado por <i>Melhorias Anuais das Normas IFRS 2015–2017</i> . Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019
22 de outubro de 2018	Alterado por <i>Definição de Negócio (Emendas à IFRS 3)</i> . Efetivo para combinações de negócios para as quais a data de aquisição é igual ou posterior ao início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1º de janeiro de 2020 e para aquisições de ativos que ocorram no ou após o início desse período.

**Fonte:** Adaptado de Deloitte (2018).

No período de 1 de abril de 2004 a 1 de julho de 2009, houve alterações significativas na IFRS 3 e, a partir de 1 de julho de 2009, assistiu-se a uma IFRS 3 revista após a IFRS 3 substituída. No Quadro 2.3 observam-se as principais diferenças que existem entre ambas, no que concerne às definições das concentrações de atividades empresariais e do *goodwill*.

**Quadro 2.3** Diferenças entre a IFRS 3 substituída e a IFRS 3 revista.

Rubrica	IFRS 3 Substituída	IFRS 3 Revista
Conceito de concentração de atividades empresariais	Junção de entidades ou atividades empresariais separadas numa única empresa que relata (nº4 da IFRS substituída)	Transação na qual um adquirente obtém o controlo de um ou mais negócios. [Apêndice B, nº5]
<i>Goodwill</i> (conceito)	O <i>goodwill</i> adquirido numa concentração de atividades empresariais resulta do pagamento efetuado pela adquirente por antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.	Ativo que representa benefícios económicos futuros que aparece de outros ativos adquiridos numa concentração de atividades empresariais que não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos. [anexo A da IFRS 3 revista]

**Fonte:** Lopes (2017, p. 40)

Para Barros e Rodrigues (2013), existem diversos fatores que contribuem para o aumento de concentrações de atividades empresariais:

- Reestruturação de empresas;
- Segmentação de mercados;
- Crescente aumento de Sociedades Anónimas;
- Competitividade internacional
- Necessidade de grandes investimentos, visando garantir *Market Share*; e
- Aumento das sociedades Multinacionais.

Schmidt e Reimann (2010, p. 51) referem que «fusões, incorporações, cisões e aquisições de negócios fazem parte das grandes decisões tomadas pelos administradores e *controllers*» e que o *goodwill* é o resultado dessas concentrações.

Segundo Rodrigues (2015, p. 14) «apenas o *goodwill* adquirido numa CAE poderá ser contabilisticamente reconhecido, visto que apenas nesta situação foi calculado um valor efetivo e fiavelmente mensurado».

Contudo, é necessário referir que o *goodwill* surge no âmbito das concentrações empresariais, onde se destacam, particularmente as operações de aquisições de empresas, ou partes delas, pelo que é necessário averiguar as empresas cujas concentrações empresariais tendem a ser maiores e mais significativas em termos do volume de capitais envolvido (Rodrigues, 2003).

De acordo com o apêndice B, § B5 da IFRS 3, uma empresa adquirente obtém o controlo de uma adquirida de várias formas, nomeadamente:

- Transferência de caixa, equivalente de caixa ou outros ativos;
- Incorrendo em passivos;
- Emitindo interesses de capital próprio;
- Proporcionando mais de um tipo de retribuição; ou;
- Sem transferir retribuição, incluindo apenas por contrato.

Segundo a IFRS 3, o **controlo** consiste no poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, de forma a obter benefícios das suas atividades. Por outro lado, existe controlo quando uma empresa adquire direta ou indiretamente, mais do que metade dos direitos de voto da outra empresa, exceto se demonstrar que tal posse não garante o poder e, como tal, a existência de controlo (Rodrigues, 2003).

No que diz respeito ao método de contabilização das concentrações de atividades empresariais, o § 4 da IFRS 3 esclarece que deve ser aplicado o método de aquisição.

De acordo com o § 5 da IFRS 3, a aplicação do método de aquisição envolve os seguintes procedimentos:

- Identificação da adquirente;
- Determinação da data de aquisição;
- Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de qualquer interesse que não controla na adquirida; e

- O reconhecimento e mensuração do *goodwill* ou de um ganho que resulta de uma compra a preço baixo (*goodwill* negativo).

### 2.1.3 Reconhecimento e mensuração inicial do *goodwill*

De acordo com o § 81 da Estrutura Concetual (EC), o reconhecimento «é o processo de incorporar no balanço e na demonstração de resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento».

Relativamente ao reconhecimento dos ativos, a Estrutura Conceptual do IASB refere o seguinte (§§ 87 e 88):

«Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o ativo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade»;

«Um ativo não é reconhecido no balanço quando, relativamente ao dispêndio incorrido, seja considerado improvável que benefícios económicos fluirão para a entidade [...] para além do período contabilístico corrente é insuficiente para justificar o reconhecimento de um ativo».

No caso em particular do *goodwill*, é importante referir como é que este deve ser reconhecido em alguns tipos de CAE e como se procede o seu reconhecimento aquando da aquisição de uma participação financeira.

De acordo com o § 51 da IFRS 3, a adquirente deve, à data da aquisição:

- Reconhecer o *goodwill* adquirido no âmbito de uma concentração de atividades empresariais como um ativo; e
- Mensurar inicialmente o *goodwill* pelo seu custo, que corresponde à diferença entre o custo da concentração de atividades empresariais e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

No que diz respeito ao *goodwill* negativo (compra a preço baixo), caso a parte da empresa adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis e reconhecidos, exceder o custo da concentração, a adquirente antes de reconhecer essa diferença negativa (§§ 34 e 36 da IFRS 3):

- Deverá reavaliar se identificou corretamente todos os ativos e passivos assumidos e deverá reconhecer quaisquer ativos ou passivos adicionais identificados nessa revisão. A adquirente deve então rever os procedimentos usados para mensurar as quantias que esta IFRS exige que sejam reconhecidas à data de aquisição para todos os seguintes elementos:
  - Os activos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos;
  - O interesse que não controla na adquirida, se houver;
  - No caso de uma concentração de actividades empresariais alcançada por fases, o interesse de capital próprio na adquirida anteriormente detido pela adquirente; e
  - A retribuição transferida
- Após a aplicação dos requisitos referidos no ponto anterior, deverá reconhecer o ganho na demonstração dos resultados do período.

O objetivo da revisão é assegurar que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis à data de aquisição.

Conforme o § 42 da IFRS 3, quando a concentração de atividades empresariais é alcançada por fases, a adquirente deve «mensurar o seu interesse de capital próprio previamente detido na adquirida pelo seu justo valor à data de aquisição e deve reconhecer o ganho ou perda resultante, se houver, nos lucros ou prejuízos».

A mensuração e reconhecimento do *goodwill* de acordo com a IFRS 3 estão resumidas no Quadro 2.4.

**Quadro 2.4** Mensuração e reconhecimento do *goodwill*

<b>Mensuração</b>	<b>Diferença</b>	<b>Reconhecimento</b>
Diferença entre o custo da concentração e a parte da entidade adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida.	Positiva: <i>goodwill</i>	Ativo
	Negativa: compra a preço baixo ( <i>goodwill</i> negativo)	Reconhecido em Resultados

#### 2.1.4 Mensuração subsequente do *goodwill*

A mensuração subsequente do *goodwill* tem sido motivo de diversas discussões e alterações a nível do normativo internacional (Monteiro, 2013). A aplicação de testes de imparidade requer a determinação de um conjunto de fatores para se calcular o valor da imparidade, nomeadamente, a “quantia recuperável”, o “valor de uso” e o “justo valor”.

Os principais responsáveis pelo cálculo da imparidade são os órgão de gestão e, neste caso, os elementos utilizados nos testes de imparidade do *goodwill* dependem dos pressupostos efetuados por estes.

A mensuração subsequente do *goodwill* poderá ter um impacto significativo, tanto nos “resultados líquidos do período”, como no “valor contabilístico do *goodwill*”. Esse impacto é o resultado de um elevado grau de subjetividade na determinação do valor e aquando do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, o que resulta na obtenção de efeitos negativos no que diz respeito à qualidade da informação financeira, repercutindo-se no mercado (Castro, 2012).

A mensuração subsequente do *goodwill* já teve ao longo dos anos diversas formas de tratamento no âmbito de normas nacionais e internacionais (Barry, Elliott & Jamie, 2008 citado por Quintas, 2016)<sup>1</sup>:

- Manter o *goodwill* inalterado – sem teste de imparidade e sem amortização;
- Desreconhecer o *goodwill* por contrapartida de capital no ano de aquisição;
- Desreconhecer o *goodwill* por contrapartida de resultados no ano de aquisição;
- Amortização do *goodwill* ao longo da vida útil esperada;
- Teste de imparidade anual (IFRS atual).

A IAS 22 (antecessora da IFRS 3) estabelecia que o *goodwill* devia ser amortizado numa base sistemática durante a sua vida útil, ao contrário da IFRS 3, que exclui a amortização sistemática do *goodwill* e estabelece a obrigatoriedade da realização de testes de imparidade anualmente.

Até 2002, o *goodwill* era amortizado ao longo da sua vida útil de acordo com a IAS 22, e no que toca à mensuração subsequente, o *goodwill* era mensurado pelo custo menos as

---

<sup>1</sup> Barry, Elliot, & Jamie (2008). *Financial Accounting and Reporting*. PrenticeHall Financial Times. 12th edition

amortizações acumuladas. Em 2002, tendo em conta as alterações ocorridas na IAS 22, no que toca à mensuração subsequente do *goodwill*, este deixou de ser mensurado pelo custo menos qualquer amortização acumulada e passou a ser mensurado pelo custo menos quaisquer perdas por imparidades acumuladas. No Quadro 2.5 apresenta-se um resumo da mensuração subsequente do *goodwill*.

**Quadro 2.5** Mensuração subsequente do *goodwill*

	Até 2002	2002-2015	A partir de 2016
Normativo Internacional IFRS 3	Diferença entre o custo e as amortizações acumuladas	Diferença entre o custo e perdas por imparidades acumuladas	Diferença entre o custo e perdas por imparidades acumuladas

### 2.1.5 *Goodwill* gerado internamente versus *goodwill* adquirido

Existem diferenças entre o *goodwill* gerado internamente e o adquirido no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, pois, contabilisticamente, têm tratamento diferente.

Como referido anteriormente, à data de aquisição, o *goodwill* adquirido no âmbito de uma concentração de atividades, é reconhecido como ativo e mensurado pelo custo (§ 51 IFRS 3). Esta norma refere o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades é um pagamento feito pela adquirente, correspondendo a uma antecipação de benefícios económicos.

De acordo com o §11 da IAS 38, a definição de um ativo intangível «exige que um ativo intangível seja identificável para o distinguir do *goodwill*». Um ativo é identificável se (§ 12 da IAS 38):

- «For separável, i.e., capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado»; ou
- «Decorrer de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações».

De acordo com os §§ 48 e 49 da IAS 38 – Ativos Intangíveis, o *goodwill* gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo, isto porque, este tipo de *goodwill* «não é um recurso identificável (i.e., não é separável nem resulta de direitos contratuais ou

de outros direitos legais) controlado pela entidade que possa ser fiavelmente mensurado pelo custo».

Deste modo, o *goodwill* gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo intangível, uma vez que não cumpre os requisitos referidos anteriormente. Por outro lado, no § 13 da IAS 38 refere que uma entidade controla um ativo se tiver o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam para a entidade e puder restringir acesso dos terceiros a esses benefícios.

Portanto, o *goodwill* adquirido no âmbito de uma concentração de atividades empresariais deve cumprir os requisitos do § 12 da IAS 38 e, estar em conformidade com os critérios de identificabilidade e de controlo e, apenas desta forma, é que este ativo poderá ser reconhecido e mensurado posteriormente. No que diz respeito ao *goodwill* gerado internamente, todos os dispêndios incorridos são reconhecidos como gastos.

#### **2.1.6 Divulgações do *goodwill***

No que diz respeito às divulgações do *goodwill* adquirido no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, a adquirente deve divulgar uma reconciliação da quantia escriturada do *goodwill* no início e no fim do período de relato separadamente, mostrando separadamente (§ 67 da IFRS 3):

- A quantia bruta e as perdas por imparidade acumuladas no início do período de relato;
- O *goodwill* adicional reconhecido durante o período de relato, exceto o *goodwill* incluído num grupo de alienação que, no momento da aquisição, satisfaz os critérios para ser classificado como detido para venda de acordo com a IFRS 5 – Ativos Não Correntes Detidos para a vendas e Unidades Operacionais Descontinuadas;
- Os ajustamentos resultantes do reconhecimento posterior de ativos por impostos diferidos durante o período de relato;
- O *goodwill* incluído num grupo de alienação classificado como detido para venda conforme a IFRS 5 e o *goodwill* desreconhecido durante o período sem ter sido anteriormente incluído num grupo de alienação classificado como detido para venda;

- As perdas por imparidade reconhecidas durante o período de relato de acordo com a IAS 36 – Imparidade de Ativos;
- As diferenças cambiais líquidas resultantes durante o período de relato;
- Quaisquer outras alterações na quantia escriturada durante o período de relato; e
- A quantia bruta e as perdas por imparidade acumuladas no final do período de relato.

## **2.2 *Goodwill* nas contas Individuais e nas contas Consolidadas**

O fenómeno da globalização trouxe diversas vantagens ao criar condições de aproximação entre diferentes países, seja no âmbito social, cultural, económico e político.

Segundo Tulcidas (2018, p. 7), este mesmo fenómeno apresenta «certos custos inerentes à diversidade internacional ao conduzir para uma menor transparência, diferenças na qualidade da informação financeira e dificuldades na elaboração de contas consolidadas [...]». Desta forma, esta tendência «reflecte a necessidade de informação financeira que seja harmonizada a nível internacional» (Guerreiro, 2006, p. 4).

Segundo Rodrigues (2003), quando uma empresa decide adquirir partes de capital para prosseguir uma estratégia de crescimento externo, passa a poder dispor de um conjunto mais ou menos lato de recursos, que lhe permitem atingir os seus objetivos de desenvolvimento e crescimento desejados.

Portanto, quando essa empresa elabora as suas contas individuais, traduzirá no ativo do seu balanço as ações que possui nas suas subsidiárias<sup>2</sup> (ou associadas), não prestando qualquer informação acerca da natureza dos recursos destas últimas, seja qual for a base de valorização adotada para o reconhecimento dessa participação (custo ou equivalência patrimonial).

Sendo assim, nas suas contas individuais, esses recursos aparecem “disfarçados” numa conta que não permite traduzir a sua real capacidade produtiva enquanto empresa-mãe de um grupo<sup>3</sup>. Caso essa mesma empresa tiver, todavia, optado por estender a sua capacidade

---

<sup>2</sup> As subsidiárias são as empresas sobre as quais uma empresa (empresa-mãe) detém o poder de domínio ou de controlo (controlo exclusivo).

<sup>3</sup> Nas contas individuais a participação financeira que a empresa-mãe detém em outras empresas aparece nas suas contas individuais registada na conta “Investimentos Financeiros – Partes de capital em empresas do grupo”.

produtiva através da aquisição de novos investimentos (estratégia de crescimento interno), estes figurarão nas suas contas pelos valores de aquisição, permitindo traduzir nas contas individuais dessa entidade os meios de que dispõe para a prossecução dos seus objetivos (Rodrigues, 2003).

Por outro lado, sempre que existe uma empresa-mãe que lidera um conjunto de empresas, a consolidação é criadora de informações úteis, na medida em que as contas consolidadas são em alguns casos complementares à informação individual, divulgando informações que não seriam obtidas através da Demonstração Financeira Individual (DFI) da empresa-mãe (Rodrigues, 2003).

Importa referir que a norma do IASB aplicável à contabilização dos investimentos em subsidiárias nas Demonstrações Financeiras Individuais é a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, e sobre consolidação de contas, a norma aplicável é a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Contudo, dado o aumento da Concentração de Atividades Empresariais, tornou-se necessária a elaboração de contas consolidadas de modo a refletir a realidade económica e financeira das empresas como um todo.

Para cada CAE, uma das empresas deverá ser identificada como a adquirente. De acordo com a IFRS 10, a **adquirente** (empresa-mãe) é a empresa que obtém o **controlo** da adquirida, ou seja, quando está exposto ou é detentor de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afectar esses resultados através do poder que exerce sobre a investida.

De acordo com o § 7 da IFRS 10, um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida;
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afectar o valor dos resultados para os investidores.

Assim, um investidor deve atender a todos os factos e circunstâncias para verificar se controla uma investida. O investidor deve reavaliar se controla uma investida se os factos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações no que respeita a um ou mais dos três elementos de controlo referidos no § 7 da IFRS 10.

Conforme o § 9 da IFRS 10, dois ou mais investidores controlam coletivamente uma investida se necessitarem de atuar em conjunto para orientar as atividades relevantes. Nesses casos, como nenhum investidor pode orientar as atividades sem a cooperação dos outros, nenhum investidor controla individualmente a investida. Cada investidor deve contabilizar o seu interesse na investida em conformidade com as IFRS relevantes, como a IFRS 11 Acordos Conjuntos, a IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos ou a IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

A IFRS 10 aplica-se na UE aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, tendo substituído as orientações da IAS 27 sobre controlo e consolidação, tendo alterado a definição de controlo.

Segundo Rodrigues (2015, p. 104), «a nova definição de controlo foca-se na existência de “poder” e “retorno” variável. O “poder” é definido como a capacidade de gerir as atividades que influenciam de forma significativa os retornos de um investimento, quer sejam positivos ou negativos».

No entanto, na IAS 27, o controlo traduzia-se no poder de governar uma entidade, enquanto que, conforme prescrito na IFRS 10, existe controlo quando há:

- Poder sobre uma investida; uma entidade tem poder quando se for detentor de direitos existentes que lhe conferem num determinado momento a capacidade de orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os resultados da investida.

A capacidade de usar o poder verifica-se pelos:

- Direitos de voto efetivos ou potenciais;
- Direitos para nomear ou destituir a gestão;
- Direitos para realizar ou vetar transações significativas.

As atividades relevantes incluem:

- Venda e compra de bens ou serviços;
- Escolha, aquisição e alienação de ativos;
- Investigação e desenvolvimento de novos produtos ou processos;
- Gestão de ativos financeiros ao longo da sua vida;

- Determinação de uma estrutura de financiamento ou a obtenção de financiamento.
- Exposição a retornos variáveis (positivos ou negativos) decorrente da participação detida;
 

Exemplos de retorno variável: dividendos, economias de escala, acesso a liquidez, redução de custos, benefícios fiscais.
- Possibilidade de usar o poder para influenciar os retornos variáveis.

A mesma norma (IFRS 10) refere ainda que, no caso em que uma empresa adquirente não adquira mais de metade dos direitos de voto, esta pode ter obtido o controlo de outra entidade, se obtiver o poder:

- Sobre mais de metade dos direitos de voto de outra entidade por motivo de um acordo contratual com os investidores; ou
- Para gerir as políticas operacionais e financeiras de outra entidade mediante acordos contratuais; ou
- Para nomear ou demitir a maioria dos membros do órgão de gestão da outra entidade; ou
- De agrupar a maioria dos votos nas reuniões do órgão de gestão da outra entidade.

No que toca à elaboração de contas consolidadas, é importante referir que é um processo complexo, cujas dificuldades se prendem não só com a natureza, mais ou menos complexa do grupo em causa, mas também com o tipo de transações existentes entre as empresas que o compõem.

Segundo Rodrigues (2003, p. 136) a «consolidação consiste, fundamentalmente, em:

- Integrar no grupo todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados da empresa-mãe e de todas as filiais;
- Eliminar as operações recíprocas, realizadas no grupo, e os respetivos resultados;
- Considerar os impostos diferidos;
- Repartir os resultados totais entre o grupo (resultado consolidado) e os interesses minoritários;
- Compensar as participações financeiras, substituindo o seu valor contabilístico pelo valor que representam nos capitais próprios das respetivas filiais, reconhecendo os

interesses minoritários, nos casos de domínio parcial, e considerando as diferenças de consolidação, quando elas existam».

Dada a necessidade de cumprir os requisitos legais ou, fornecer informações ao mercado, a empresa mãe (consolidante) elabora as contas consolidadas do conjunto das suas participações financeiras.

Segundo Rodrigues (2003, p. 136), de entre as operações de consolidação destaca-se, como uma das mais importantes, «a compensação do valor das participações financeiras pela percentagem que elas representam nos capitais próprios das empresas a consolidar».

Assim, a diferença entre o custo de aquisição de uma empresa e a parte que elas representam nos capitais próprios das empresas adquiridas pode implicar o reconhecimento de *goodwill*.

O *goodwill* é o objeto do presente estudo, tendo em conta o seu impacto no balanço consolidado, uma vez que este poderá apresentar valores significativos.

Por outro lado, quando uma empresa adquire participações financeiras de uma outra empresa, aparece nas contas individuais da empresa adquirente uma rubrica de investimentos financeiros, cujo saldo representa o valor pago por essa participação financeira (método do custo) ou quota-parte dos capitais próprios da empresa adquirida que cabe à empresa adquirente, pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

De acordo com o § 3 da IAS 28 – Investimento em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, o MEP «é um método contabilístico nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é depois ajustado em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da investida detidos pela investidora», ou seja, o MEP é um método que consiste em reavaliar as participações financeiras detidas sobre empresas adquiridas em função da quota-parte de capitais próprios que essas participações representam.

A percentagem de participação é fundamental para a aplicação do MEP e na consolidação de contas, isto é, para a mensuração do investimento na participada pelo MEP, no cálculo dos interesses que não controlam e do *goodwill* nas DFC.

Caso a aquisição da participação financeira implique que a adquirente detenha o controlo da adquirida, ou seja, caso a empresa adquirida detenha o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da investida, neste caso, essa participação financeira é

considerada como um investimento numa subsidiária e, deverá ser aplicado os requisitos de mensuração da IFRS 10 (justo valor, MEP, consolidação integral).

Por outro lado, caso a participação financeira implique que a adquirente da participação financeira apenas detenha influência significativa na investida, isto é, caso a adquirente tenha apenas o poder de participar (e não de gerir) nas decisões das políticas financeiras e operacionais da investida, neste caso, essa participação financeira é considerada como um investimento numa associada e deverão ser aplicado os requisitos de mensuração da IAS 28.

No que toca aos procedimentos de aplicação do MEP, estes são aplicados na mensuração do investimento financeiro em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas DFI da empresa-mãe.

Aquando da aplicação do MEP na DFI da empresa-mãe, devem ser eliminadas as operações intra-grupo, tal como acontece no processo de consolidação de contas, mas neste caso, apenas terá impacto na rubrica do investimento financeiro.

O MEP aplica-se tanto aos «investimentos financeiros permanentes, tanto como método de valorização nas contas individuais, como técnica de consolidação para apresentar as contas do grupo» (Rodrigues, 2003, p. 106). No entanto, o MEP não é específico das DFC, visto que é um método permitido como alternativa contabilística da valorização das participações financeiras nas contas da empresa-mãe.

No entanto, pressupondo que a empresa adquirente «se encontra nas condições exigidas na legislação contabilística para a elaborar contas consolidadas, e como resultado da técnica de consolidação», surge o *goodwill* (Rodrigues, 2003, p. 137).

Rodrigues (2003, p.137) acrescenta ainda que o *goodwill* «resulta do processo de compensação do valor do investimento financeiro pela fracção dos capitais próprios que é pertença da sociedade consolidante [...] à data em que as filiais<sup>4</sup> são incluídas pela primeira vez na consolidação».

---

<sup>4</sup> Tratando-se de uma empresa associada não se efetua a anulação do investimento financeiro por contrapartida do capital próprio da associada, esse investimento deve-se manter reconhecido no balanço consolidado na rubrica “Investimentos em associadas”, tendo em conta, apenas uma nova valorização da participação pela utilização do MEP.

Assim, o *goodwill* que se encontrava implícito no saldo dos “investimentos financeiros em partes de capital em subsidiárias” nas DFI’s da empresa adquirente, é evidenciado nas DFC, numa rubrica autónoma.

Para Rodrigues (2003, p. 137), a expressão “*goodwill*” é utilizado «quando há necessidade de reconhecer esse diferencial nas contas individuais, quando se realizam concentrações de actividades empresariais que se registam pelo método da compra, nomeadamente no caso das aquisições individualizadas de activos».

No Quadro 2.6 apresenta-se um resumo da contabilização das participações financeiras nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**Quadro 2.6** Método de contabilização das participações financeiras

<b>Tipo de investimento</b>	<b>Contas consolidadas</b>
Subsidiárias	Método de Consolidação Integral
Entidades conjuntamente controladas	Método de Equivalência Patrimonial
Associadas	Método de Equivalência Patrimonial
Outras	Justo Valor
Ativos não correntes detidos para venda	Menor entre o justo valor deduzido dos custos para vender e a quantia escriturada

Em síntese, conclui-se que o valor do *goodwill* resultante da operação de integração de uma nova empresa no perímetro de consolidação é, normalmente, baseado na diferença entre o preço pago para adquirir a subsidiária e pelo justo valor dos ativos e passivos que se encontravam reconhecidos na conta dessa subsidiária.

## **2.3 Imparidade do *goodwill***

### **2.3.1 Conceito de imparidade**

O termo contabilístico imparidade provém da tradução da palavra anglo-saxónica “impairment” cuja tradução literária significa deterioração. Para Palmeirinha (2013, p. 8) a imparidade consiste «numa perda de valor que os ativos de uma entidade económica sofrem por razões externas ou internas a esta, que se vão traduzir numa diminuição da capacidade dos ativos gerarem benefícios futuros».

Segundo Cunha, Correia e Oliveira (2010, p. 33), o conceito contabilístico de imparidade (*impairment*) pode ser definido como «redução ou perda do valor recuperável de um ativo, ajustando do seu valor à sua real capacidade de retorno económico, tendo subjacente a aplicação do princípio contabilístico da prudência».

Ramanna e Watts (2012) mencionaram três aspetos que apresentam elevada discricionariedade aquando do reconhecimento da imparidade do *goodwill*:

- A afetação do *goodwill* às unidades geradoras de caixa (UGC);
- A estimativa do valor descontado dos *cash flows* futuros; e
- A determinação do valor dos ativos e passivos da unidade geradora de caixa.

Para Gonçalves, Rebelo, Ferreira e Fernandes (2017) esta discricionariedade permite opções oportunistas e vários estudos analisam se as perdas por imparidade em *goodwill* são geridas de forma discricionária em políticas de gestão de resultados, nomeadamente em técnicas *big bath* e *income smoothing*. Essas técnicas serão abordadas no subcapítulo 2.4.3.

### **2.3.2 Enquadramento do normativo de Imparidade de Ativos**

A IAS 36 – *Impairment of Assets* foi emitida em 2004, surge com a revisão da IAS 36 (1998). Esta norma é aplicável (§ 139 da IAS 36):

- Ao *goodwill* e aos ativos intangíveis adquiridos em concentrações de atividades empresariais para as quais a data de acordo seja em ou após 31 de março de 2004; e
- A todos os outros ativos prospectivamente a partir do início do primeiro período anual com início em ou após 31 de março de 2004.

De acordo com o § 12 da IAS 36, quando existe indicação de que um ativo possa estar com imparidade, uma entidade deve considerar, como mínimo, as indicações que constam no Quadro 2.7.

### Quadro 2.7 Indicadores de Imparidade

Fonte externas de informações	Fonte internas de informações
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existem indicações observáveis de que durante o período em causa o valor do ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;</li> <li>• Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;</li> <li>• As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimento aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;</li> <li>• A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;</li> <li>• Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada, e a reavaliação da vida útil de um activo como finita em vez de indefinida;</li> <li>• Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.</li> </ul>

Fonte: IAS 36

A norma internacional de contabilidade, IAS 36 – *Impairment of Assets* no seu § 8 refere que um ativo está em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável, sendo que esta é a regra geral para qualquer ativo.

Por **quantia escriturada** entende-se como a quantia pela qual o ativo se encontra reconhecido na contabilidade e a **quantia recuperável** é definida como o valor mais elevado entre o justo valor de um ativo deduzidos os custos de vender e o seu valor de uso.

Conforme o § 7 da IAS 36, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há evidências de que um ativo possa estar em imparidade, caso exista qualquer indicação, deve ser estimada a quantia recuperável do ativo.

No que se refere ao *goodwill*, uma entidade deve testar anualmente a imparidade do *goodwill* independentemente de existir ou não qualquer indicação de imparidade, tal como referido no § 10 da IAS 36.

De acordo com o § 90 da IAS 36, o teste de imparidade, deve ser efetuado de modo a comparar o valor recuperável da UGC ou grupos de UGC, incluindo o *goodwill* e a quantia escriturada. Caso a quantia escriturada exceda a quantia recuperável, então a entidade deverá reconhecer perda por imparidade.

No que diz respeito ao momento para efetuar os testes de imparidade anuais, o § 96 da IAS 36, refere que estes testes podem ser efetuados em qualquer momento durante um período anual, desde que o teste seja efetuado no mesmo momento todos os anos.

Ainda de acordo com o § 96 da IAS 36, caso o *goodwill* imputado a uma UGC seja adquirido no âmbito de uma CAE durante o período corrente anual, essa unidade deverá ser testada quanto à imparidade antes do final do período corrente anual.

Se no decorrer do teste de imparidade a uma UGC à qual foi alocada o *goodwill*, surgir a indicação que um determinado ativo em termos individuais possa estar em imparidade, neste caso, deverá ser efetuado em primeiro lugar um teste à imparidade deste ativo, individualmente (§98 da IAS 36).

De acordo com o § 99 da IAS 36, o cálculo detalhado mais recente, feito num período precedente, da quantia recuperável de uma UGC à qual tenha sido imputado *goodwill* pode ser usado no teste de imparidade dessa unidade no corrente período, desde que os seguintes requisitos sejam satisfeitos:

- Os ativos e passivos que compõem a unidade não foram significativamente alterados desde o mais recente cálculo da quantia recuperável;
- O mais recente cálculo da quantia recuperável resultou numa quantia que excedeu a quantia escriturada da unidade numa margem substancial; e
- Com base numa análise dos acontecimentos que tenham ocorrido e das circunstâncias que tenham mudado desde o cálculo mais recente da quantia recuperável, a probabilidade de que uma determinação corrente da quantia recuperável seria inferior à quantia escriturada da unidade é remota.

Segundo Hayn e Hughes (2006), o teste de imparidade faz aumentar a responsabilidade da gestão das empresas para determinar o justo valor do *goodwill* e obriga à realização de análises mais eficazes das Demonstrações Financeiras por parte dos auditores e investidores.

Para Hassine e Jilani (2017, p. 345), o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* pode ser entendido como «*a function of economic determinants of goodwill, firm performance and firm specific factors, as well as earnings management incentives, corporate governance mechanisms and contextual factor of the financial crisis*».

Moreira (2018, p. 12) refere que os testes de imparidade do *goodwill* encontram-se «envoltos em conceitos subjetivos, que dependem de agentes humanos, e sendo assim são manipuláveis de forma a ir de encontro aos interesses dos gestores das empresas».

Esta questão de manipulação, tem sido a principal preocupação dos organismos reguladores que procuram defender os agentes externos da empresa que carecem das informações financeiras divulgadas pelas empresas na tomada de decisões (Moreira, 2018).

De acordo com o §124 da IAS 36, qualquer que seja a perda por imparidade reconhecida para o *goodwill*, esta não deve ser revertida num período posterior.

Para Rodrigues, Carvalho e Ferreira (2013), a subjetividade associada aos testes de imparidade implica a aplicação de julgamentos e estatísticas permitindo alguma ambiguidade na aplicação destes testes. A ambiguidade atrás referida poderá decorrer de interesses de gestão (Rodrigues *et al.*, 2013).

Pires (2017, p. 15) refere que «a motivação do IASB para proibir o método da amortização do *goodwill* é que esta leva à prática de contabilidade criativa. No entanto, o método da imparidade do *goodwill* também oferece aos gestores abertura para suposições e estimativas».

Segundo Petersen e Plenborg (2010), a abordagem da imparidade do *goodwill* é questionável, isto porque a amortização do *goodwill* é considerada arbitrária e de fácil aplicação em relação ao teste de imparidade.

Para Stevenson e McPhee (2005), uma das vantagens da amortização com base na linha reta, é que através desta é possível prever o seu impacto nos resultados com maior exatidão.

Petersen e Plenborg (2010) referem que a realização de um teste de imparidade de todos os ativos e do *goodwill* associado à aquisição inicial no final de cada período de relato, pode ser demorado e bastante dispendioso para a empresa.

Assim, apresenta-se no Quadro 2.8 as vantagens e desvantagens de tratamento contabilístico (mensuração subsequente) do *goodwill* nas formas de teste de imparidade anual e amortização ao longo da vida útil.

**Quadro 2.8** Vantagens e desvantagens da amortização *versus* teste anual de imparidade do *goodwill*

<b>Teste de imparidade anual</b>	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Custo incorrido apenas quando há um decréscimo nos benefícios económicos futuros daquele negócio.	Subjetividade na execução do <i>business plan</i> . As estimativas dos benefícios futuros efetuadas pela gestão são normalmente bastante otimistas.
Impacto positivo nos resultados das empresas.	Apenas quando um negócio entra em dificuldades é que é imputado um custo.
Revela a realidade económica.	Resultado líquido com maior volatilidade. Custo e complexidade dos testes de imparidade.
<b>Amortização ao longo da vida útil</b>	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Reconhecimento linear em resultados.	Subjetividade no cálculo da estimativa da vida útil pelo qual deve ser depreciado.
Resultado líquido do ano mais previsível e linear. Comparabilidade.	Aumento de resultado no ano seguinte ao que a amortização termina. Analistas ignoram a linha de imparidade de <i>goodwill</i> .
Facilmente auditado.	Prudente e fora da nova tendência do Justo Valor.

Fonte Adaptado de Quintas (2016).

### 2.3.3 Divulgação das perdas por imparidade do *goodwill*

Ao nível das divulgações relativas às perdas por imparidade de *goodwill*, de acordo o § 134 da IAS 36, as empresas devem divulgar:

- A quantia escriturada de *goodwill* imputada à unidade (ou grupo de unidades);
- A base na qual a quantia recuperável da unidade foi determinada;

- Se a quantia recuperável da unidade for baseada no valor de uso, devem divulgar:
  - O período sobre o qual a gerência projetou fluxos de caixa;
  - A taxa de crescimento usada para extrapolar nas projeções de fluxos de caixa; e
  - A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxos de caixa.
- Se a quantia recuperável da unidade se basear no justo valor menos os custos de alienação, a empresa deve divulgar:
  - Uma descrição de abordagem da gerência para determinar o justo valor menos os custos de vender; e
  - Uma descrição da abordagem da gerência para determinar os valores atribuídos a cada pressuposto-chave.

Todas as informações referidas anteriormente contribuem para que a divulgação seja o mais transparente possível.

Gomes, Serra e Ferreira (2006) consideram que as empresas não devem limitar-se em divulgar, apenas, as informações previstas nas normas, mas devem divulgar as informações que consideram relevantes para os utilizadores dessas informações, para que estes tenham uma visão sobre a verdadeira realidade da empresa.

Em suma, a transparência na divulgação é importante e fundamental para que as informações divulgadas pelas empresas sejam mais acessíveis, aquando da sua análise pelos *stakeholders*. Sendo assim, considera-se que a divulgação das bases utilizadas na determinação dos testes de imparidade do *goodwill*, contribui para a transparência e qualidade da informação.

## **2.4 Fatores determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill***

Os fatores determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* é um tema pouco abordado, mas ultimamente, alguns autores têm-se debruçado sobre este tema.

Após a revisão da literatura, os estudos já realizados apontam diversos fatores que podem determinar o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, entre eles:

- Fatores relacionados com as características empresariais;

- Fatores relacionados com as características do ambiente empresarial;
- Fatores associados à manipulação de resultados.

#### **2.4.1 Fatores relacionados com as características empresariais**

Os fatores relacionados com as características da empresa podem ser determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. Glaum, Landsman e Wyrwa (2015) efetuaram um estudo sobre os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* e, utilizaram como amostra empresas financeiras e não financeiras a nível mundial. Neste estudo, analisaram o impacto da mudança do *Chief Executive Officer* (CEO) no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. Os resultados desta investigação revelaram que existe uma relação positiva entre o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* e a mudança do CEO, isto porque um novo CEO poderá reconhecer mais perdas por imparidade do *goodwill* tendo como justificação a “má gestão” do seu antecessor, ou seja, esta mudança pode levar a um aumento das perdas por imparidade do *goodwill* no primeiro ano de mandato do novo CEO e, conseqüentemente, nos anos seguintes poderá reduzir a probabilidade de reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*.

No estudo desenvolvido por Vogt, Pletsch, Morás e Klann (2016), onde pretendiam compreender quais os determinantes que influenciavam as empresas brasileiras no momento do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, estes confirmaram a teoria da influência positiva da mudança dos órgãos de gestão no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Recentemente, esta temática também foi desenvolvida por Hassini e Jilani (2017) a fim de compreender os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* nas empresas francesas. O resultado deste estudo aponta para a relação positiva entre a mudança do CEO e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Outros estudos desenvolvidos sobre esta temática, sendo um deles elaborado por Korošec, Jerman e Tominc (2016), que realizaram os seus estudos no contexto das empresas italianas a fim de averiguar os fatores que influenciavam as empresas a reconhecerem as perdas por imparidade do *goodwill* e comprovaram a existência de uma relação positiva entre a mudança do CEO e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Os estudos já elaborados apontam outros fatores associados à esfera financeira da empresa. De entre eles destaca-se o valor *goodwill*. Isto porque, o valor do *goodwill* demonstra que uma empresa com maior quantidade de ativos pode reconhecer mais perdas por imparidade do *goodwill*, pelo facto de a quantidade dos ativos que estão expostos aos testes de imparidade ser maior (Vogt *et al.*, 2016).

No estudo desenvolvido por Abughazaleh, Al-Hares e Roberts (2011), estes confirmaram que existe uma associação positiva e significativa entre o valor do *goodwill* e o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*. Segundo estes autores, esta associação positiva pode ser justificada do seguinte modo: quanto maior for o valor do *goodwill*, «maior será o risco de que a empresa venha a sofrer perdas na sua recuperabilidade» (Vogt *et al.*, 2016, p. 354).

Outro fator que pode estar relacionado com o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* é a rentabilidade dos ativos.

A rentabilidade do ativo, trata-se de um rácio que permite a avaliação do desempenho das empresas quanto à utilização dos seus ativos de modo a gerar lucro, independentemente da forma como são financiados esses ativos. Este indicador permite acompanhar a evolução de uma empresa ao longo dos anos.

Segundo Garnacho (2013, p. 10), a rentabilidade do ativo «representa uma medida de avaliação da rentabilidade dos capitais totais investidos na empresa, independentemente se provém de capitais próprios ou capitais alheios. Naturalmente a performance operacional da empresa será maior, quanto maior for a rentabilidade do ativo».

De acordo com os estudos desenvolvidos por Souza (2011), Glaum *et al.* (2015) e Vogt *et al.* (2016), existe uma relação negativa entre a rentabilidade dos ativos e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. As empresas que apresentam uma maior rentabilidade dos seus ativos, tendem a divulgar menores perdas por imparidade do *goodwill* uma vez que «estas chamam mais atenção dos investidores, o que poderia prejudicar o preço dos seus títulos no mercado» (Vogt *et al.*, 2016, p. 355).

No estudo desenvolvido por Glaum *et al.* (2015), a associação negativa entre a rentabilidade dos ativos e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, foi comprovada com base numa amostra de empresas de 21 países diferentes que adotam as IFRS na elaboração das suas Demonstrações Financeiras.

De acordo com Francis, Hanna e Vincent (1996) e Zang (2008), as empresas com maior rentabilidade do ativo, tendem a reconhecer menos perdas por imparidade do *goodwill*. Ou seja, as empresas com maiores rentabilidades dos ativos «tendem a ser mais valorizadas no mercado, aumentando, com isso, o justo valor dos seus ativos. Em consequência, quanto maior o justo valor dos seus ativos, menores serão as probabilidades de ocorrerem perdas por *impairment*» (Vogt *et al.*, 2016, p. 7).

Por outro lado, Riedl (2004) e Abughazaleh *et al.* (2011) referem que as empresas com menor rentabilidade do ativo reconhecem mais perdas por imparidade do *goodwill*, ao contrário dos outros autores que constaram o inverso.

Um outro fator determinante que poderá estar relacionado com o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* é a rentabilidade dos capitais próprios.

Para Garnacho (2013, p. 9), a rentabilidade dos capitais próprios, é considerado «um dos mais importantes para os analistas e representa aquele que é abordado com maior ênfase pela literatura, por representar a rentabilidade destinada aos sócios e acionistas, resultante dos capitais próprios investidos na empresa». Ou seja, a rentabilidade dos capitais próprios é fundamental para a avaliação do desempenho e da capacidade da empresa em gerar lucros e, este indicador é de extrema importância para os sócios e acionistas, uma vez que este resulta dos capitais próprios que estes investiram na empresa.

O estudo elaborado por Martins, Silva e Gama (2014), revelou que não existem diferenças significativas entre a rentabilidade dos capitais próprios e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, ou seja, não existe uma correlação que permita averiguar o nível de significância estatística entre a rentabilidade do capital próprio e o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*.

Thiago, Silva, Grecco, Junior e Leão (2018) realizaram um estudo sobre os fatores que determinam o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* e, neste estudo, averiguaram se existia uma relação negativa e significativa entre a rentabilidade dos capitais próprios e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. O resultado deste estudo demonstrou que a rentabilidade dos capitais próprios não foi significativo para explicar o reconhecimento de tais perdas.

Um outro determinante apontado como importante aquando do reconhecimento (ou não) das perdas por imparidade do *goodwill* é o Resultado Líquido do Período. De acordo com o estudo desenvolvido pelos autores Glaum *et al.* (2015), estes referem que o resultado

obtido pelas empresas é um fator determinante do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. Segundo estes autores, é exetável que as empresas reconheçam perdas por imparidade do *goodwill* quando o resultado aumenta, com vista a diminuir esse mesmo resultado e mantendo a perspetiva de melhorá-lo futuramente.

Outro determinante tido como importante aquando do reconhecimento (ou não) das perdas por imparidade do *goodwill* é a dimensão da empresa. Segundo Glaum *et al.* (2013), as empresas de maior dimensão são as que mais possuem maiores recursos, materiais e humanos, do que as empresas de menor dimensão, contribuindo para um relato de maior qualidade. Por outro lado, as empresas de menor dimensão são «mais sensíveis na divulgação de informação, por poder colocar em risco a sua competitividade» (Carvalho, 2015, p. 178).

Hassine e Jilani (2017) incluíram no seu estudo, a dimensão da empresa como sendo um dos fatores determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

A dimensão da empresa também é apontada como determinante do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, no estudo realizado por Glaum *et al.* (2015). Segundo estes autores, há uma relação positiva e significativa entre a dimensão da empresa e o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*.

No mesmo contexto, num estudo realizado em Espanha para o período 2005-2011, concluiu-se que a dimensão das empresas é um dos fatores que mais influenciam o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, estando os respetivos testes a ser utilizados oportunisticamente pelos órgãos de gestão, especialmente durante a crise, para alisamento de resultados (Pardo e Giner, 2013).

Um outro fator relacionado com as caraterísticas empresariais é a Alavancagem Financeira. A alavancagem financeira é um dos rácios mais utilizado para a análise de crédito, identificando, as dívidas contraídas pelas empresas e as implicações que estas têm na exploração.

Segundo Catanha (2016, p. 25), a alavancagem financeira consiste na utilização de recursos de terceiros com o objetivo de «aumentar a taxa de lucros sobre o capital próprio. Portanto, o estudo da alavancagem financeira ou operacional procura evidenciar a importância relativa dos recursos de terceiros, na estrutura de capital de uma empresa».

Vogt *et al.* (2016) utilizaram a alavancagem financeira para avaliar possíveis incentivos a manipulação de resultados no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. Os

resultados do seu estudo demonstraram que empresas com maior alavancagem financeira, tendem a reconhecer menores perdas por imparidade do *goodwill*.

Segundo Moreira (2018, p. 16), as empresas com «maior nível de alavancagem financeira (mais endividamento) tendem a manipular os seus resultados de forma a que estes sejam maximizados, transmitindo assim, para o exterior, uma mensagem de “boa saúde financeira”, evitando assim a perda dos seus financiamentos».

Em suma, através dos estudos já elaborados verifica-se que existem vários fatores relacionados com as características empresariais, que poderão influenciar as empresas aquando do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

#### **2.4.2 Fatores relacionados com as características do ambiente empresarial**

O ambiente em que as empresas se encontram inseridas, podem determinar (ou não) o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. As empresas encontram-se inseridas num contexto empresarial muito particular, quer seja ao nível do país, quer seja o setor de atividade em que opera, sendo influenciada pelas características do ambiente em que se insere, o que poderá influenciar direta ou indiretamente a sua atividade, no caso em particular, o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* (Moreira, 2018).

Foram vários os estudos desenvolvidos e, nesses estudos, os autores apontaram diversos fatores externos que podem influenciar as empresas a reconhecerem perdas por imparidade do *goodwill*. A auditoria externa é apontada como um dos determinantes para o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* no estudo realizado pelo Hassine e Jilani (2017).

Para Hassine e Jilani (2017, p. 346), no que toca à qualidade da auditoria externa realizada às empresas, referem que, «The Audit quality influences the magnitude of goodwill impairment losses». Por sua vez, Glaum *et al.* (2015), referem que existe uma relação positiva entre a qualidade da auditoria externa e o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*.

Segundo Moreira (2018), empresas auditadas por uma *Big Four* terão menos possibilidade para manipulação de resultados, na medida em que a qualidade da auditoria externa

desenvolvida será maior, assim, haverá menos possibilidade de manipulação de resultados através do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Para Moreira (2018, p. 18), a mudança do auditor externo pode ter impacto no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, isto é, «uma maior rotatividade do auditor externo poderá significar um maior reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*. Desta forma, a mudança no auditor externo de uma empresa levaria a um maior reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill* no ano de início de mandato».

Segundo Glaum *et al.* (2015) o país em que a empresa está inserida também é um determinante do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, nomeadamente a regulação existente nesse país. Assim sendo, quanto maior for a economia e a atividade das empresas num determinado país, menor será a probabilidade, das empresas utilizarem o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* como técnica de manipulação dos resultados.

### **2.4.3 Fatores associados à manipulação de resultados**

A manipulação de resultados tem sido apontada na literatura como um dos principais determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, ou seja, através do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, os órgãos de gestão podem manipular os resultados com o intuito de alcançar os seus objetivos, aproveitando a subjetividade inerente aos testes de imparidade do *goodwill*.

Segundo Viana (2014, p. 6), a manipulação de resultados consiste em «alterar materialmente a percepção dos utentes da informação contabilística, afetando negativamente a qualidade de informações».

Segundo o estudo efetuado por Fernandes (2007), as empresas com os melhores e os piores resultados são as que mais praticam gestão de resultados, ou seja, as empresas com melhores resultados tendem a manter esses resultados e as empresas com piores resultados utilizam as técnicas de manipulação de resultados de modo a inverter o seu mau resultado.

Rodrigues (2015, p. 32) refere que as empresas pertencentes aos índices bolsistas tendem a ter menores práticas de gestão de resultados do que as empresas que não pertencem, na medida em que «sofrem um maior escrutínio dos Stakeholders».

Segundo Castro (2012, p. 18), os órgãos de gestão são os principais responsáveis pela existência de manipulação de resultados, devido de uma certa liberdade na elaboração do relato financeiro, «conseguindo com isso atingir alguns tipos de ganhos reflectindo-se na perda da qualidade da informação financeira».

A literatura existente relata que existem diferentes técnicas de manipulação de resultados. De entre elas, destacam-se as duas mais referidas e apontadas como determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*: o *Big Bath* e o *Income Smoothing*. O *Big Bath* é o termo apelidado por Healy (1985) e o *Income Smoothing* é o termo apelidado por Beidleman (1973).

Segundo Castro (2012, p. 18), o *Big Bath* «é um tipo de manipulação que sacrifica os resultados atuais para assegurar benefícios futuros. Normalmente, o *Big Bath* é utilizado por empresas que muito dificilmente conseguirão alcançar os resultados que se propuseram atingir para o presente ano».

Na situação anteriormente descrita, os órgãos de gestão «usam a subjectividade e discricionariedade existente na contabilização de alguns ativos (dos quais o *goodwill* faz parte) na perspetiva de conseguir melhores resultados nos próximos anos» (Castro, 2012, p. 18).

Hassine e Jilani (2017), apontam a existência de uma associação negativa entre a técnica do *big bath* e o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, ou seja, estes autores referem que nos períodos em que as empresas apresentem resultados baixos, e que não haja expectativas de melhorá-los futuramente, os órgãos de gestão tendem a reconhecer perdas por imparidade do *goodwill*, piorando estes mesmos os resultados que já se encontram baixos.

Neste mesmo contexto, Glaum *et al.* (2015) defendem a teoria do *big bath* referindo que quando uma empresa obtém resultados mais baixos do que o esperado, os órgãos de gestão aproveitam este facto para reconhecer perdas por imparidade do *goodwill*.

Por outro lado, Castro (2012, p. 18) refere que *Income Smoothing* é «considerada a manipulação através de um alisamento de resultados com o intuito de aniquilar a volatilidade dos resultados mantendo-os constantes, ou em ligeiro crescimento ao longo dos anos de forma a mostrar aos investidores que estão perante uma empresa aparentemente sólida».

No estudo desenvolvido por Glaum *et al.* (2015) chegaram à conclusão de que há uma associação positiva entre a teoria do *income smoothing* e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Em síntese, a técnica de *income smoothing* é muito usada, quando as normas contabilísticas permitem efetuar ajustamentos que tenham efeitos neutros no cálculo dos resultados, como é o caso dos ajustamentos que foram efetuados aquando transição para as IAS/IFRS.

No Quadro 2.9, apresenta-se de forma sucinta os estudos referidos anteriormente, que relacionam determinados fatores com o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

**Quadro 2.9** Determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*

<b>Autores</b>	<b>Fatores determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do <i>goodwill</i></b>
Abughazaleh, Al-Hares e Roberts (2011)	Valor do <i>goodwill</i> ; Rentabilidade do ativo
Castro (2012)	<i>Big Bath</i> ; <i>Income Smoothing</i> .
Francis, Hanna e Vicent (1996)	Rentabilidade do ativo
Glaum <i>et al.</i> (2015)	Mudança do <i>Chief Executive Officer</i> (CEO); Rentabilidade do ativo; Resultado Líquido do Período; Dimensão da empresa; Qualidade da auditoria externa; <i>Big Bath</i> ; <i>Income Smoothing</i>
Korošec, Jerman e Tominc (2016)	Mudança do CEO
Hassine e Jilani (2017)	Mudança do CEO; Dimensão da empresa; Qualidade da auditoria externa; <i>Big Bath</i>
Martins, Silva e Gama (2014)	Rentabilidade do Capital Próprio
Moreira (2018)	Alavancagem financeira; Mudança do auditor externo;
Pardo e Giner (2013)	Dimensão da empresa
Riedl (2004)	Rentabilidade do ativo
Souza (2011)	Rentabilidade do ativo
Thiago <i>et al.</i> (2018)	Rentabilidade do Capital Próprio
Vogt <i>et al.</i> (2016)	Mudança de gestão; Valor do <i>goodwill</i> ; Rentabilidade do ativo; Alavancagem Financeira
Zang (2008)	Rentabilidade do ativo

Com base nos estudos apresentados iremos proceder à recolha de elementos para o estudo empírico.

## Capítulo III. Estudo Empírico

Neste capítulo descreve-se e justificam-se as opções metodológicas subjacentes a esta investigação e que prosseguem os objetivos propostos: a caracterização da amostra, os objetivos do estudo, as hipóteses de investigação, análise da correlação e, por fim, a apresentação do modelo de regressão logística múltipla e a discussão dos resultados obtidos.

### 3.1 Metodologia e hipóteses de investigação

A metodologia consiste num conjunto de métodos adotados pelo investigador no desenvolvimento do seu estudo com vista à prossecução dos seus objetivos, assim como responder à questão de investigação.

Segundo Martinho (2009, p. 87), o objeto do estudo estatístico «pode ser o de estimar uma determinada grandeza ou testar uma certa hipótese [...] acerca de toda uma população, com base muitas vezes numa pequena parte, a amostra. Ao inferir-se para a população as propriedades estudadas na amostra, entra-se na estatística indutiva ou inferência estatística».

No presente estudo, foi adotada a metodologia quantitativa, tendo por base os Relatórios e Contas das empresas não financeiras que integram o PSI 20 e o IBEX 35, nomeadamente estatísticas descritivas, análise de correlação e regressão logística múltipla.

Como referido na parte introdutória, a presente investigação tem como objetivo principal estudar quais os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* divulgado pelas empresas não financeiras que integram o PSI 20 e IBEX 35, no período de 2013 a 2017.

Deste modo, o presente estudo pretende responder à seguinte pergunta de investigação:

Quais os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* divulgado pelas empresas não financeiras do PSI 20 e IBEX 35 no período de 2013 a 2017?

Para a prossecução dos objetivos, as hipóteses foram formuladas tendo em conta os estudos referidos e apresentados no capítulo anterior, realizados por Zang (2008), Glaum *et al.* (2015), Vogt *et al.* (2016), Hassine e Jilani (2017) e Thiago *et al.* (2018).

Assim, resultaram seis hipóteses de investigação que estão associadas com o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, que se enunciam no Quadro 3.1.

**Quadro 3.10** Hipóteses de investigação

<b>Hipóteses de investigação</b>	
<b>Hipótese 1 (H1):</b>	Existe uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o valor do <i>goodwill</i> e o reconhecimento de perdas por imparidade do <i>goodwill</i> .
<b>Hipótese 2 (H2):</b>	Existe uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o Resultado Líquido do Período e o reconhecimento de perdas por imparidade do <i>goodwill</i> .
<b>Hipótese 3 (H3):</b>	Existe uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a Rentabilidade do Ativo e o reconhecimento de perdas por imparidade do <i>goodwill</i> .
<b>Hipótese 4 (H4):</b>	Existe uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o reconhecimento de perdas por imparidade do <i>goodwill</i> .
<b>Hipótese 5 (H5):</b>	Existe uma associação positiva e estatisticamente significativa entre a Dimensão da empresa e o reconhecimento de perdas por imparidade do <i>goodwill</i> .
<b>Hipótese 6 (H6):</b>	Existe uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a Alavancagem financeira e o reconhecimento de perdas por imparidade do <i>goodwill</i> .

No presente estudo, pretende-se verificar se as empresas em estudo reconhecem as perdas por imparidades do *goodwill* e em caso afirmativo identificar quais os fatores responsáveis pelo seu reconhecimento.

Assim sendo, a variável que se pretende explicar é uma variável binária, (*dummy*), que foi registada na base de dados com o valor 1, caso a empresa reconheça perda por imparidade do *goodwill* ou com o valor 0, caso contrário.

No Quadro 3.2 encontram-se as variáveis que foram recolhidas para cada uma das empresas em estudo e que pelo enquadramento teórico podem ser determinantes no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, pode ainda ser observado, o tipo de variável, a fórmula de cálculo e o sinal esperado para a sua relação com a variável que se pretende explicar.

**Quadro 3.11** Definição das variáveis

Variáveis	Descrição	Fórmula	Sinal esperado
<b>GOODW</b>	<i>Goodwill</i>	Variável <i>dummy</i> , assume o valor de 1 em períodos com <i>goodwill</i> reconhecido e 0 caso contrário.	+
<b>RLP</b>	Resultado Líquido do Período	Variável <i>dummy</i> , assume valor de 1 quando o resultado líquido do período é positivo e 0 caso contrário.	+
<b>ROA</b>	Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Total do Ativo}}$	-
<b>RCP</b>	Rentabilidade do Capital Próprio	$\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Total do Capital Próprio}}$	-
<b>DIM</b>	Dimensão da empresa	<i>Logaritmo natural do Total do Ativo</i>	+
<b>ALAV</b>	Alavancagem Financeira	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Capitais Próprios}}$	-

A variável perdas por imparidade do *goodwill* (IMPGOODW) é a que se pretende explicar, as restantes variáveis: GOODW, RLP, ROA, RCP, DIM e ALAV são as que foram recolhidas e constam da base de dados para o efeito.

### 3.2 Seleção e recolha dos dados

O estudo de uma amostra retirada de uma população faz-se com base na estatística descritiva que visa resumir as informações que se encontram dispersas num conjunto de dados. As medidas de estatísticas descritivas quando se referem às amostras são designadas por estatísticas e quando se referem às populações são designadas por parâmetros (Morais, 2005).

Com a finalidade de selecionar quais as empresas que integrariam a amostra em estudo, considerou-se 5 períodos económicos diferentes (2013 a 2017), anos após a adoção da IAS/IFRS, em que o *goodwill* era sujeito a teste de imparidade segundo as normas internacionais. A fim de se proceder à recolha de dados foram definidos os seguintes critérios de seleção e exclusão:

- **Empresas cotadas** – O presente estudo recai apenas sobre as empresas cotadas em bolsa uma vez que estas são obrigadas a adotar as normas internacionais

(IAS/IFRS) aquando da elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas.

- **País** – O presente estudo compreende dois países: Portugal e Espanha, pois em ambos os países as empresas cotadas são obrigadas a adotar as normas internacionais aquando da elaboração das suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- **Sector de atividade** – Foram excluídas as empresas, 8, que atuam no sector financeiro, nomeadamente, banca e seguros, visto que estas utilizam normativos específicos, não compatíveis com os das demais empresas.
- **Ausência de *goodwill* no balanço consolidado** – Tendo em conta que o presente estudo tem por objetivo o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, foram excluídas as empresas, 14, que não apresentaram valor do *goodwill* nos seus balanços consolidados no período em análise.

Das 52 empresas cotadas em bolsa, PSI 20 e IBEX 35, depois de aplicados os pressupostos referidos anteriormente obteve-se uma amostra de 31 empresas (14 empresas que integram o PSI 20 e 17 empresas que integram o IBEX 35), para serem analisadas durante 5 anos (2013 a 2017). Na Tabela 3.1 apresentam-se as empresas que compõem a amostra, organizadas por setor de atividade.

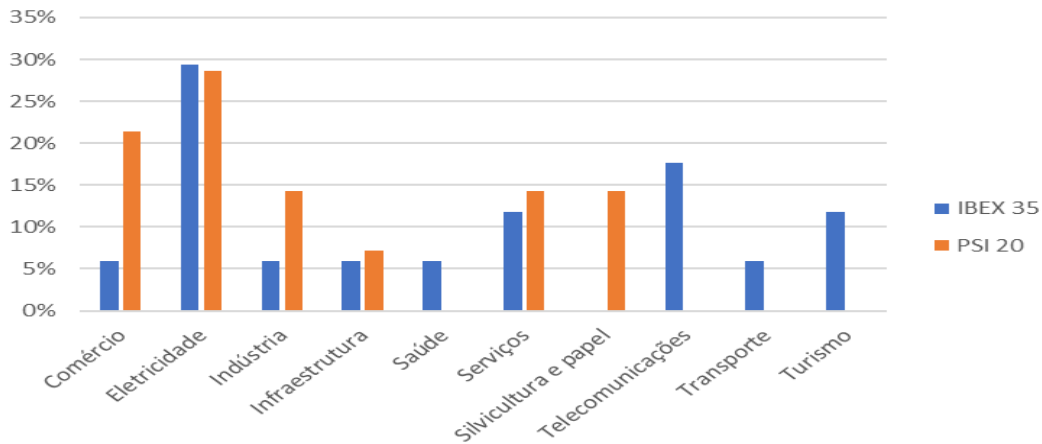
Pode ainda verificar-se que, na amostra selecionada, os setores com maior expressão são: Eletricidade e Comércio. Os setores com menor expressão são: Saúde e Transporte. Não integram o PSI 20 empresas dos setores de Telecomunicações, Transporte, Turismo e Saúde. Para o IBEX 35, apenas o sector de Silvicultura e Papel não se apresenta representada.

**Tabela 3.1** Empresas que compõem a amostra organizadas por Setor de Atividade

<b>Setor de atividade</b>	<b>Empresas PSI 20</b>	<b>Empresas IBEX 35</b>	<b>TOTAL</b>
Comércio	Corticeira Amorim Jeronimo Martins SONAE	DIA	<b>4</b>
Eletricidade	EDP EDP Renováveis Galp Energia REN	ENAGÁS Gás Natural Iberdrola Repsol, SA Siemens Gamesa	<b>9</b>
Indústria	Altri SGPS F. Ramada investimentos	Acerinox	<b>3</b>
Infraestrutura	Mota Engil	ACS	<b>2</b>
Telecomunicação	-	Cellnex TeleCom Mediaset Telefonica	<b>3</b>
Transporte	-	Ferrovial	<b>1</b>
Turismo	-	Amadeus Melia Hotels	<b>2</b>
Saúde	-	Grifols, SA	<b>1</b>
Serviços	CTT – Correios de Portugal SONAE CAPITAL	Abertis Indra	<b>4</b>
Silvicultura e papel	SEMAPA THE Navigator Company	-	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>31</b>

O Gráfico 3.1 permite, mais uma vez, verificar a distribuição das empresas na amostra em estudo, por setor de atividade.

**Gráfico 3.1** Distribuição das empresas por setor de atividade

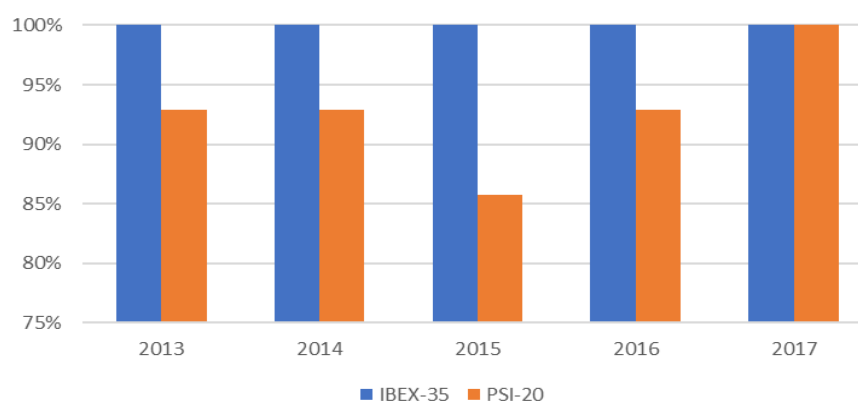


Como se pode observar, a distribuição das empresas estudadas que fazem parte do nosso estudo, organizadas em função do sector da atividade. Como referido anteriormente, verifica-se que o setor com maior representatividade é o da eletricidade, representando em ambos os índices, cerca de 29% da amostra.

Por outro lado, verifica-se que nas empresas do PSI 20, o segundo setor com maior peso na amostra é o setor do comércio, representando cerca de 21% da amostra. Ao contrário das empresas que integram o IBEX 35, o segundo setor com maior peso na amostra é o da Telecomunicação, cerca 18%.

O *goodwill* é um ativo que assume grande relevância na classe dos ativos e por ser imprescindível o seu registo no nosso trabalho elaborou-se o Gráfico 3.2 onde se pode observar, em termos percentuais, as empresas que reconheceram *goodwill* por ano.

**Gráfico 3.2** Reconhecimento do *goodwill* por ano



Por observação do Gráfico 3.2, verifica-se que todas as empresas, que constituem a nossa amostra e que integram o IBEX 35 reconheceram *goodwill* em todos os anos em análise.

Ao contrário das empresas que integram o PSI 20, onde se verifica que nem todas as empresas reconheceram *goodwill* em todos os anos. Na Tabela 3.2, apresenta-se o peso do *goodwill* nos ativos intangíveis nas empresas que integram o PSI 20.

**Tabela 3.2** Relevância do *goodwill* nos ativos intangíveis – PSI 20

Empresas PSI 20	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Altri SGPS	99,93%	99,95%	99,97%	99,76%	99,62%
Corticeira Amorim	88,35%	72,74%	0,00%	0,00%	70,72%
CTT Correios de Portugal	65,78%	36,46%	22,58%	16,52%	16,70%
EDP	35,09%	36,36%	38,02%	39,97%	31,99%
EDP Renováveis	93,24%	91,62%	88,78%	86,83%	83,86%
F. Ramada investimentos	0,00%	0,00%	0,00%	98,26%	91,48%
Galp Energia	13,11%	13,48%	8,90%	1,45%	1,49%
Jeronimo Martins	80,46%	79,32%	79,06%	80,04%	79,73%
Mota Engil	50,08%	51,70%	6,44%	6,85%	6,88%
REN	0,10%	0,10%	0,10%	0,09%	0,44%
SEMAPA	52,37%	51,46%	53,08%	54,33%	54,82%
SONAE	63,07%	52,89%	50,80%	46,92%	48,28%
SONAE CAPITAL	88,73%	88,37%	89,25%	83,25%	82,83%
THE Navigator Company	99,12%	99,10%	98,71%	98,87%	98,98%
<b>Total médio</b>	<b>59,24%</b>	<b>55,25%</b>	<b>45,41%</b>	<b>50,94%</b>	<b>54,84%</b>

Pode observar-se que as empresas do PSI 20 apresentam em termos médios, um peso de *goodwill* nos ativos intangíveis superior a 50%, para todos os anos em análise, com exceção do ano 2015 (45,41%). Consta-se também que existem duas empresas cujo peso do *goodwill* nos ativos intangíveis é superior a 90% em todos os anos (Altri e The Navigator Company), o que evidencia a importância do *goodwill* na classe dos ativos intangíveis.

A mesma análise foi efetuada para as empresas que integram o IBEX 35 como se pode verificar na Tabela 3.3.

**Tabela 3.3** Relevância do *goodwill* nos ativos intangíveis – IBEX 35

EMPRESAS	ANOS					
	IBEX 35	2013	2014	2015	2016	2017
Abertis		27,08%	25,95%	23,55%	21,77%	22,44%
Acerinox		91,23%	88,13%	86,08%	96,15%	96,50%
ACS		60,69%	62,64%	65,54%	73,18%	74,50%
Amadeus		51,04%	50,28%	48,69%	46,53%	45,86%
Cellnex TeleCom		83,85%	30,42%	27,05%	26,86%	29,50%
DIA		90,88%	93,45%	94,14%	93,70%	92,83%
ENAGÁS		22,65%	22,53%	32,15%	33,78%	19,54%
Ferrovial		89,21%	89,89%	88,96%	79,84%	82,71%
Gás Natural		56,41%	45,99%	47,14%	46,12%	47,98%
Grifols, SA		65,90%	74,82%	75,25%	75,30%	78,34%
Iberdrola		48,78%	49,54%	43,70%	43,70%	37,51%
Indra		67,94%	66,80%	61,93%	62,36%	69,50%
Mediaset		55,93%	56,94%	57,98%	58,76%	59,68%
Melia Hotels		24,27%	25,81%	38,45%	35,73%	37,27%
Repsol, SA		28,34%	26,79%	64,81%	60,97%	60,30%
Siemens Gamesa		65,13%	62,20%	74,07%	69,61%	66,93%
Telefonica		55,82%	52,91%	56,43%	58,30%	59,85%
<b>Total Médio</b>		<b>57,95%</b>	<b>54,42%</b>	<b>57,99%</b>	<b>57,80%</b>	<b>57,72%</b>

Pode observar-se que as empresas do IBEX 35 apresentam em termos médios, um peso de *goodwill* nos ativos intangíveis superior a 50%, para todos os anos em análise. No entanto, apenas a empresa do grupo DIA apresenta um peso do *goodwill* nos ativos intangíveis superior a 90% para todos os anos.

Foi calculada, ainda, a percentagem do *goodwill* noutras rubricas do balanço das empresas do PSI 20 e IBEX 35, nomeadamente, capitais próprios e total do ativo. Estes são apresentados no apêndice.

Para a realização de análise estatística, foram incluídas no estudo tanto as empresas que reconheceram perdas por imparidade do *goodwill*, como as que não reconheceram tais perdas.

A Tabela 3.4 apresenta a distribuição de observações por índice, PSI 20 e IBEX 35, e com reconhecimento ou não da perda por imparidade do *goodwill*.

**Tabela 3.4** Distribuição, por índice, com reconhecimento ou não das perdas por imparidade do *goodwill*

Índice	Observações		Reconhece		Não reconhece	
	N	%	N	%	N	%
PSI 20	70	45%	26	37%	44	63%
IBEX 35	85	55%	25	29%	60	71%
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100%</b>	<b>51</b>	<b>33%</b>	<b>104</b>	<b>67%</b>

PSI 20: N=70 (5 anos\*14 empresas)

IBEX 35: N= 85 (5 anos\*17 empresas)

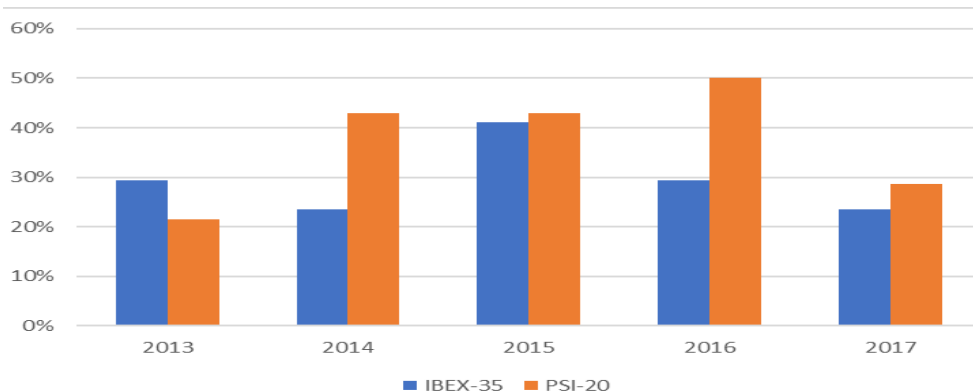
Das 31 empresas envolvidas durante os 5 anos registaram-se 155 observações (5 anos\*31 empresas), que correspondem a um registo para cada empresa em cada ano. Há anos em que as empresas, embora registem o valor do *goodwill* não reconheceram as perdas por imparidade, tendo-se verificado que 51 observações correspondem aos registos das empresas com perdas por imparidade do *goodwill*, nos 5 anos em análise.

Pode observar-se que as empresas do IBEX 35 representa 55% do total de observações. A amostra é composta por 67% de observações relativas às empresas que não reconheceram perdas por imparidade do *goodwill* e 33% relativas às empresas que reconheceram tais perdas.

A partir da Tabela 3.4 verifica-se, ainda, que embora as empresas do IBEX 35 tenham maior peso na amostra, as empresas que integram o PSI 20 são as que mais reconheceram perdas por imparidade do *goodwill* no período económico de 2013 a 2017, com 37% versus 29% do IBEX 35.

A mesma análise pode ser efetuada a partir do Gráfico 3.3, onde se ilustra em termos percentuais as empresas que reconheceram perdas por imparidade do *goodwill* por ano.

**Gráfico 3.3** Reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* por ano



Por observação do Gráfico 3.3, constata-se que no ano 2013 as empresas que integram o IBEX 35 são as que mais reconheceram perdas por imparidade do *goodwill*. Entretanto, o panorama alterou-se e no período de 2014 a 2017, as empresas que integram o PSI 20 foram as que mais reconheceram perdas por imparidade do *goodwill*.

### 3.3 Estatísticas descritivas e análise de correlação

A estatística descritiva é um método estatístico que visa compreender, resumir, descrever os dados. Sendo assim, no presente estudo utilizou-se a estatística descritiva de forma a resumir os dados, calculando para as variáveis, medidas de tendência central (média e mediana) e medidas de dispersão (desvio padrão, mínimo e máximo), como se pode observar na Tabela 3.5. Para a realização de análise dos dados, recorreu-se ao *software* IBM SPSS, versão 25.

**Tabela 3.5** Estatísticas descritivas das variáveis

Variáveis	N	Média	Mediana	Erro Desvio	Mínimo	Máximo
IMPGOODW	155	0,33	0,0	0,471	0	1
GOODW	155	0,97	1	0,177	0	1
RLP	155	0,94	1	0,235	0	1
ROA	155	0,040	0,032	0,039	-0,209	0,181
RCP	155	0,128	0,113	0,233	-2,086	1,068
DIM	155	6,781	6,667	0,678	5,238	8,092
ALAV	155	2,628	2,053	2,317	0,066	17,355

Pela observação da Tabela 3.5, pode confirmar-se que as variáveis IMPGOODW, GOODW e RLP são variáveis *dummy*, ou seja, assumem valores de 0 e 1. A variável rentabilidade do ativo (ROA) apresenta uma média de 4%. O cálculo deste indicador para as empresas constituintes do PSI 20 e IBEX 35, encontra-se nos apêndices 7 e 8, respetivamente.

Relativamente à rentabilidade do capital próprio (RCP), este apresenta uma média de 12,8%. Quanto à dimensão da empresa (DIM), esta apresenta uma média de 6,8. Por último, analisando a alavancagem financeira (ALAV), esta apresenta uma média de 2,628 e os dados encontram-se mais dispersos, tendo em conta o valor do desvio padrão em

relação à média (2,317). O valor das variáveis RCP, DIM e ALAV, que constituíram a base de dados, para as empresas que compõem o índice PSI 20 e IBEX 35 encontram-se nos apêndices (9,10,11,12,13 e 14).

Após a análise das estatísticas descritivas, calculou-se o coeficiente de correlação entre as variáveis, com a finalidade de analisar a relação (ou não) entre variáveis.

Procedeu-se, para o efeito, à análise de correlação de *Pearson*, que nos indica a forma como duas variáveis variam conjuntamente, permitindo averiguar a relação que existe entre as mesmas. Refira-se que através do cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson*, não se consegue distinguir as variáveis independentes e a variável dependente, implicando que o grau de variação conjunta entre X e Y seja igual ao grau de variação entre Y e X (Lira, 2004).

Neste estudo, analisou-se a forma como as seis variáveis estão correlacionadas entre si. Entretanto, é importante referir que quanto mais próximo de 1, positivo ou negativo, forem os valores contidos na matriz de correlação, maior será o grau de correlação entre as variáveis (Bryman & Cramer, 2003).

Através da Tabela 3.6 observa-se os níveis de classificações de correlações de *Pearson*.

**Tabela 3.6** Classificação dos valores de Correlação *Pearson*

Valor de Correlação	Magnitude da correlação
>0.75	Correlação Muito Forte
0.50 – 0.75	Correlação Forte
0.25 – 0.50	Correlação Moderada
< 0.25	Correlação Fraca

**Fonte:** Marôco (2011)

De modo a verificar a relação existente entre as variáveis do estudo, utilizou-se o coeficiente de correlação de *Pearson* como se pode observar na Tabela 3.7. Apresentam-se as correlações entre todas as variáveis, duas a duas, e os respetivos testes de significância com o intuito de verificar as relações existentes e a respetiva significância estatística.

**Tabela 3.7** Coeficientes de correlação de *Pearson* entre as variáveis

		IMPGOODW	GOODW	RLP	ROA	RCP	DIM	ALAV
IMPGOODW	Correlação de <i>Pearson</i>	1						
	<i>Sig.</i> (2 extremidades)							
	N	155						
GOODW	Correlação de <i>Pearson</i>	,050	1					
	<i>Sig.</i> (2 extremidades)	,536						
	N	155	155					
RLP	Correlação de <i>Pearson</i>	-,061	-,045	1				
	<i>Sig.</i> (2 extremidades)	,451	,575					
	N	155	155	155				
ROA	Correlação de <i>Pearson</i>	-,264**	-,150	,483**	1			
	<i>Sig.</i> (2 extremidades)	,001	,063	,000				
	N	155	155	155	155			
RCP	Correlação de <i>Pearson</i>	-,068	-,024	,422**	,713**	1		
	<i>Sig.</i> (2 extremidades)	,397	,764	,000	,000			
	N	155	155	155	155	155		
DIM	Correlação de <i>Pearson</i>	,064	,347**	,082	-,250**	-,059	1	
	<i>Sig.</i> (2 extremidades)	,431	,000	,309	,002	,463		
	N	155	155	155	155	155	155	
ALAV	Correlação de <i>Pearson</i>	,341**	,091	,041	-,180*	,232**	,086	1
	<i>Sig.</i> (2 extremidades)	,000	,261	,612	,025	,004	,287	
	N	155	155	155	155	155	155	155

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Por observação da Tabela 3.7, é possível concluir que existe uma correlação positiva fraca entre a variável IMPGOODW e as variáveis GOODW e DIM. Verifica-se uma correlação positiva moderada entre a variável IMPGOODW e a variável ALAV, o que significa que quanto maior for o valor desta, maior será o valor da variável IMPGOODW.

Por outro lado, verifica-se uma correlação negativa fraca entre a variável IMPGOODW e as variáveis RLP e RCP e uma correlação negativa moderada entre a variável IMPGOODW e a variável ROA, o que significa que quanto maior for o valor desta variável, menor será o valor da variável IMPGOODW.

Pode ainda observar-se que apenas as variáveis, ROA e ALAV têm uma correlação estatisticamente significativa com a variável IMPGOODW (*sig.* = 0,001 e 0,000, respetivamente).

### 3.4 Modelo de Regressão Logística Múltipla

A variável que se pretende explicar, perdas por imparidade do *goodwill* (IMPGOODW), é uma variável dicotómica, por isso será utilizado o modelo de regressão logística múltipla, de modo a analisarmos a probabilidade de as empresas reconhecerem ou não perdas por imparidade do *goodwill*, tendo por base as várias variáveis explicativas ou independentes, GOODW, RLP, ROA, RCP, DIM e ALAV, que como apresentadas anteriormente são do tipo contínuo ou *dummys*.

Hair Jr., Anderson, Tatham e Black (2009, p. 225) definem a regressão logística como «forma especializada de regressão que é formulada para prever e explicar uma variável categórica binária (dois grupos), e não uma medida dependente métrica».

Considerando o modelo da regressão logística múltipla, pretendem-se verificar os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* das empresas que fazem parte do estudo, no período compreendido entre 2013 a 2017.

Para a estimação dos modelos e respetivos testes estatísticos utilizou-se, o software *SPSS* 25 e um nível de significância de 0,05.

Para estimar o modelo de regressão logística múltipla, recorreu-se ao método *Forward LR* que é um método de seleção *stepwise* que permite selecionar as variáveis que apresentam correlação com a variável dependente (Marôco, 2011).

De acordo com as variáveis descritas no quadro 3.2, estima-se a equação seguinte:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1+e^{-IMPGOODW}} \quad (3.1)$$

sendo:

$$IMPGOODW_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 GOODW_{i,t} + \beta_2 RLP_{i,t} + \beta_3 ROA_{i,t} + \beta_4 RCP_{i,t} + \beta_5 DIM_{i,t} + \beta_6 ALAV_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Na equação apresentada, o valor  $P(Y=1)$  indica a probabilidade de as empresas reconhecerem perdas por imparidade do *goodwill*, tendo por base as variáveis incluídas no modelo. Segundo Peng, Lee e Ingersoll (2002) os coeficientes das variáveis independentes ( $\beta$ ), ou estimativa, indicam a intensidade da associação entre a probabilidade de se verificar

a variável dependente (resposta) e a presença das variáveis independentes (explicativas), bem como o sinal do resultado da função, que permite saber se a dita variável está associada ao incremento da probabilidade (1) ou à sua redução (0).

Para se poder ajustar um modelo de regressão logística é necessário verificar o pressuposto de ausência de multicolinearidade, pois, segundo Marôco (2011), quando estamos perante o problema de multicolinearidade, as variáveis independentes estão fortemente correlacionadas entre si, o que torna o modelo de regressão ajustado confuso.

Embora já se tenha realizado a análise de correlação entre as variáveis independentes, optou-se por validar estes resultados realizando os testes com recurso aos valores das estatísticas de Tolerance e de Fator de Inflação da Variância (VIF), também calculados no SPSS e que devem ser simultaneamente e respetivamente superiores a 0,1 e inferiores a 10. Por observação da Tabela 3.8 verificamos que está cumprido este pré-requisito, ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, e que se está em condições de proceder à análise de regressão logística múltipla.

**Tabela 3.8** Multicolinearidade entre as variáveis

Variáveis	Tolerance	VIF
Constante	-	-
GOODW	0,868	1,153
RLP	0,706	1,417
ROA	0,294	3,398
RCP	0,345	2,900
DIM	0,773	1,294
ALAV	0,691	1,447
Nº de empresas analisadas	<b>31 (155 observações)</b>	

A análise do modelo de regressão logística utilizando o método *forward LR (Wald)* de seleção de variáveis a incluir no modelo final, encontra-se nas tabelas que se seguem cujos outputs foram produzidos pelo SPSS 25.

Na Tabela 3.9 apresenta-se a classificação inicial do modelo sem nenhuma variável independente.

**Tabela 3.9** Classificação inicial do modelo

Observado		Previsto			Porcentagem correta
		IMPGOODW			
		0	1		
Passo 0	IMPGOODW	0	0	104	0,0
		1	0	51	100,0
Porcentagem global					32,9

Por observação da Tabela 3.9, pode-se verificar que, se não for incluída nenhuma variável explicativa, os 104 casos observados sem reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, foram classificadas como observações com reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill* incorretamente, representando 0,0% de acerto do modelo estimado. Por outro lado, os 51 casos observados com reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, foram classificados de forma correta, representando 100% de acerto, do respectivo modelo. Resumindo, sem a inclusão das variáveis independentes o modelo inicial apenas acertaria em 32,9% de previsões.

Para encontrar o modelo com melhor probabilidade de acerto, prosseguiu-se a estimação, incluindo variáveis independentes e realizando os respectivos testes de *Omnibus* aos coeficientes do modelo. Este teste permite validar os coeficientes do modelo de regressão em cada iteração.

Na Tabela 3.10 apresentam-se os resultados do teste de *Omnibus*, que permitem avaliar o modelo de regressão como um todo, de modo a realizar a estimação sobre o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

**Tabela 3.10** Teste de Omnibus dos Coeficientes dos modelos

		Qui-quadrado	df	Sig.
Passo 1	Passo	30,822	1	0,000
	Bloco	30,822	1	0,000
	Modelo	30,822	1	0,000
Passo 2	Passo	10,343	1	0,001
	Bloco	41,165	2	0,000
	Modelo	41,165	2	0,000
Passo 3	Passo	6,012	1	0,014
	Bloco	47,177	3	0,000
	Modelo	47,177	3	0,000

O Teste Omnibus avalia a hipótese de que todos os coeficientes do modelo de regressão são nulos. O valor do Qui-quadrado foi de 47,177 com significância de 0,000 (*sig.* < 0,05); por isso, a hipótese de que todos os coeficientes são nulos é rejeitada. Assim, os coeficientes do modelo de regressão contribuem para melhorar a qualidade das previsões sobre o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Na Tabela 3.11 apresentam-se os valores de Verossimilhança de log-2 (-2LL), dos  $R^2$  de *Cox & Snell* e de *Nagelkerke* que servem para avaliar o desempenho geral do modelo de regressão para prever o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

**Tabela 3.11** Resumo do modelo

Passo	-2LL	$R^2$	
		<i>Cox &amp; Snell</i>	<i>Nagelkerke</i>
1	184,054	0,180	0,240
2	173,711	0,233	0,311
3	167,699	0,262	0,350

Estes resultados evidenciam a proporção das variações ocorridas no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* que é explicada pelas variáveis independentes em cada um dos modelos de regressão considerados nos passos 1, 2 e 3.

Quanto à medida de ajustamento *Cox & Snell*, esta mede a proporção da variável dependente que é explicada pelo modelo, e esta estatística «nunca atinge o valor 1 mesmo quando o ajustamento é perfeito» (Marôco, 2011, p. 820).

A melhoria do modelo verifica-se pelo aumento do valor de  $R^2$  *Cox & Snell* e  $R^2$  *Nagelkerke*, à medida que as variáveis vão sendo introduzidas no modelo. Ao contrário do que acontece com a medida de Verossimilhança de log-2 (-2LL), cuja melhoria do modelo corresponde a uma diminuição desta estatística.

Como se pode observar no passo 3, o valor do  $R^2$  *Cox & Snell* é de 0,262 e o valor de  $R^2$  *Nagelkerke* é de 0,350, o que permite afirmar que as variáveis independentes incluídas no modelo do terceiro passo originam variações no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, respetivamente em 26,2% e 35%.

Pela análise da tabela 3.11, verifica-se que, à medida que foram introduzidas variáveis no modelo, houve uma redução no valor de o valor -2LL, indicando uma melhoria no modelo. O valor diminuiu de 184,054 no passo 1 para 167,699 no passo 3. Esta diminuição

determina que o modelo apresentado se encontra ajustado e o valor de 167,699 apresentado no último passo (passo 3) corresponde à medida geral em como o modelo se ajusta.

Pelo exposto, o modelo do passo 3 é aquele que melhor se ajusta aos dados em estudo.

Na Tabela 3.12, observa-se a outra medida de ajuste: *Hosmer e Lemeshow*. Esta medida permite verificar a associação entre os valores reais e os valores previstos da variável que se pretende explicar (dependente) e, indica se existem diferenças significativas entre os valores previstos e os valores observados.

**Tabela 3.12** Teste de Hosmer e Lemeshow

Passo	Qui-quadrado	df	Sig.
1	11,699	8	0,165
2	10,158	8	0,254
3	9,033	8	0,340

O ajuste do modelo é considerado bom, quando o valor do Qui-quadrado tem uma significância superior a 0,05 ( $sig. = 0,340 > 0,05$ ), tal como se observa. Isso significa que os valores previstos não são significativamente diferentes dos observados. Logo, o modelo de regressão pode ser utilizado para estimar a probabilidade de uma empresa, num determinado ano, reconhecer a perda por imparidade do *goodwill* em função das variáveis independentes utilizadas no modelo correspondente ao passo 3.

A Tabela 3.13 apresenta-se a classificação final dos casos utilizando o modelo final (passo 3) de regressão logística estimado.

**Tabela 3.13** Classificação final do modelo

Observado		Previsto		Porcentagem correta
		IMPGOODW		
		0	1	
<b>Passo 1</b>	IMPGOODW 0	99	5	95,2
	1	47	4	7,8
	Porcentagem global			66,5
<b>Passo 2</b>	IMPGOODW 0	89	15	85,6
	1	27	24	47,1
	Porcentagem global			72,9
<b>Passo 3</b>	IMPGOODW 0	96	8	92,3
	1	33	18	35,3
	Porcentagem global			73,5

Por observação da Tabela 3.13 verifica-se que o modelo do passo 3 tem uma percentagem de acerto global de 73,5%, melhor que qualquer um dos anteriores. No entanto o modelo do passo 2 também apresenta uma percentagem global de acerto elevada e próxima deste, 72,9%.

O resultado da classificação do modelo 3 evidencia que dos 104 casos observados sem reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, 96 (92,3%) foram classificadas corretamente e dos 51 casos observados com reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, 18 (35,3%) foram classificados de forma correta.

O resultado da classificação do modelo 2 evidencia que dos 104 casos observados sem reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, 89 (85,6%) foram classificadas corretamente e dos 51 casos observados com reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, 24 (47,1%) foram classificados de forma correta.

Cabe observar que inicialmente, sem a inclusão das variáveis independentes, a percentagem de classificação foi de 32,9% (Tabela 3.9). Pode por isso, afirmar-se que a inclusão das variáveis independentes melhora, em ambos os modelos, o nível global de acerto. No modelo 2 apresenta o maior nível de acerto das classificações das empresas que reconheceram perdas por imparidade do *goodwill* (47,1%) e a inclusão das variáveis independentes do modelo 3 apresenta o maior nível de acerto das classificações das empresas que não reconheceram perdas por imparidade do *goodwill* (92,3%).

Na Tabela 3.14 apresentam-se os resultados dos coeficientes da equação logística e respectivas estatísticas de *Wald*. Estas últimas permitem aferir o grau de significância de cada coeficiente na equação estimada:

**Tabela 3.14** Variáveis do modelo de regressão logística múltipla

		$\beta$	S.E.	<i>Wald</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>	$\text{Exp}(\beta)$
Passo 1 <sup>a</sup>	ROA	-19,399	4,093	22,460	1	0,000	0,000
Passo 2 <sup>b</sup>	ROA	-31,005	6,283	24,352	1	0,000	0,000
	ALAV	0,212	0,072	8,789	1	0,003	1,237
Passo 3 <sup>c</sup>	ROA	-21,304	7,073	9,072	1	0,003	0,000
	DIM	-0,131	0,055	5,719	1	0,017	0,877
	ALAV	0,348	0,099	12,442	1	0,000	1,417

a. Variável(is) inserida(s) no passo 1: ROA.

b. Variável(is) inserida(s) no passo 2: ALAV.

c. Variável(is) inserida(s) no passo 3: DIM.

De acordo com as estatísticas de *Wald* e o nível de significância adotado de 0,05, constata-se que em cada um dos modelos, passo 2 e passo 3, os valores dos coeficientes são estatisticamente diferentes de zero, uma vez que o valor de *sig.* é menor que 0,05 (*sig.* < 0,05), e, portanto, contribuem significativamente para prever o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Como descrito anteriormente, as variáveis foram introduzidas nos modelos em três passos, originando em cada um deles o modelo respetivo. Assim, verifica-se que as variáveis finais incluídas no modelo 2 são: ROA e ALAV e no modelo 3 são: ROA, DIM e ALAV.

Para o modelo 2, aquele que tem uma percentagem de acerto global de 72,9%, mas de 47,1% de acerto para as empresas com reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, tem-se um sinal negativo do coeficiente da variável ROA, que permite afirmar que existe uma relação negativa e significativa (*sig.* = 0,000 < 0,05) entre esta variável e a variável dependente IMPGOODW. Pelo contrário, a variável ALAV apresentou um coeficiente positivo, o que significa que existe uma relação positiva e significativa (*sig.* = 0,003 < 0,05) entre esta variável e a variável dependente IMPGOODW.

Assim, a partir dos resultados obtidos pela estimação do modelo 2, obtém-se a seguinte equação final:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(-31,005ROA+0,212ALAV)}} \quad (3.2)$$

Para o modelo 3 aquele que tem uma percentagem de acerto global de 73,5%, mas de 35,3% de acerto para as empresas com reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, tem-se o sinal negativo dos coeficientes das variáveis ROA e DIM, o que permite afirmar que existe uma relação negativa e significativa (*sig.* = 0,003 e *sig.* = 0,017, respetivamente, ou seja, *sig.* < 0,05) entre estas variáveis e a variável dependente IMPGOODW. Pelo contrário, a variável ALAV apresentou um coeficiente positivo, o que significa que existe uma relação positiva e significativa (*sig.* = 0,000 < 0,05) entre esta variável e a variável dependente IMPGOODW.

Por outro lado, observa-se que a variável DIM apresenta um EXP ( $\beta$ ) abaixo de 1 (0,877), isto é, por cada unidade registada pelas empresas do valor desta variável diminui o rácio das chances de reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. Ao contrário da variável ALAV, observa-se que o EXP ( $\beta$ ) apresenta um valor acima de 1 (1,417), significa

que por cada unidade registada desta variável as empresas, têm 1,417 vezes mais chances de reconhecer perdas por imparidade do *goodwill*.

Assim, a partir dos resultados obtidos pela estimação do modelo 3, obtém-se a seguinte equação final:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(-21,304ROA - 0,131DIM + 0,348ALAV)}} \quad (3.3)$$

O modelo de regressão logística múltipla também foi simulado para os grupos em separado (PSI 20 e IBEX 35), cujas tabelas se encontram nos apêndice 19 e 20. Aqui apenas optamos por apresentar as tabelas relativas às variáveis na equação dos modelos finais, os melhores, ajustados para cada um subgrupos, os resultados encontram-se nas Tabelas 3.15 e 3.16.

**Tabela 3.15** Variáveis do modelo de regressão logística múltipla – Empresas do PSI 20

		$\beta$	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp( $\beta$ )
Passo 1	ROA	-18,386	5,768	10,161	1	0,001	0,000

\* significativo ao nível de 5%.

**Tabela 3.16** Variáveis do modelo de regressão logística múltipla – Empresas do IBEX 35

		$\beta$	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp( $\beta$ )
Passo 1	ROA	-20,384	5,822	12,259	1	0,000	0,000
Passo 2	ROA	-48,343	12,516	14,920	1	0,000	0,000
	RCP	4,923	1,626	9,164	1	0,002	137,414

\* significativo ao nível de 5%.

Por observação das Tabelas 3.15 e 3.16, verifica-se que a variável rentabilidade do ativo demonstrou ser estatisticamente significativa em ambos os modelos da regressão logística múltipla, ou seja, em ambos os índices (PSI 20 e IBEX 35) a variável ROA constitui um fator determinante do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

### 3.5 Análise e discussão dos resultados

A fim de darmos resposta às hipóteses de investigação, foram utilizadas a análise de correlação e os modelos de regressão logística múltipla apresentados nos pontos anteriores.

Da análise de correlação podemos concluir que o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* está correlacionado positivamente com o valor da alavancagem financeira e negativamente com a rentabilidade do ativo, quando analisada a amostra de todas as empresas em estudo conjuntamente.

Quando analisados os subgrupos separadamente, PSI-20 e IBEX-35, observa-se que para as empresas do PSI 20, o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* está correlacionado negativamente com o valor da rentabilidade do ativo e rentabilidade dos capitais próprios. Para as empresas do IBEX 35, observa-se que o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* está correlacionado negativamente com o valor da rentabilidade do ativo e positivamente com a alavancagem financeira.

Na estimação dos modelos de regressão logística, além de incluir a variável dependente (IMPGOODW), foram incluídas todas as variáveis independentes (GOODW, RLP, ROA, RCP, DIM e ALAV), que pelos critérios descritos conduziram aos resultados obtidos, onde se verificaram quais as variáveis mais significativas para explicar o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* nas empresas do PSI 20 e IBEX 35.

Assim, as variáveis: ROA (*sig.* = 0,003), DIM (*sig.* = 0,017) e ALAV (*sig.* = 0,000) foram significativas. Ao contrário, as variáveis GOODW, RLP e RCP não foram significativas para explicar o reconhecimento de tais perdas.

A variável GOODW é uma variável *dummy*, pois assume o valor 1, nas empresas que reconheceram o *goodwill* e 0, caso contrário. A variável GOODW apresentou uma correlação positiva fraca com a variável IMPGOODW, mas estatisticamente não significativa. Contrariamente ao estudo realizado por Vogt *et al.* (2016), que concluíram a existência de uma associação positiva e significativa entre o *goodwill* e o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, neste estudo nada nos foi possível concluir uma vez que a variável GOODW não se apresentou estatisticamente significativa. Sendo assim, não é possível confirmar a **Hipótese 1 (H1)**. Pelo facto de a variável GOODW não ser incluída em nenhum dos modelos de regressão logística, esta hipótese é refutada também pela utilização destes.

Relativamente à variável RLP, esta também foi criada através da variável *dummy* assumindo 1 se a empresa apresenta o resultado líquido positivo e 0, caso contrário. A variável RLP apresentou uma correlação negativa fraca com a variável IMPGOODW, mas estatisticamente não significativa. Com base no resultado obtido, não é possível tirar quaisquer conclusões, pois a variável RLP não é estatisticamente significativa para explicar as IMPGOODW. Logo, não podemos confirmar a **Hipótese 2 (H2)** de existência de uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o Resultado Líquido do Período e o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*. Pelo facto de a variável RLP não ser incluída em nenhum dos modelos finais de regressão logística, esta hipótese é refutada também pela utilização destes.

Para a variável ROA espera-se uma associação negativa e significativa com a variável IMPGOODW, ou seja, quanto maior for a rentabilidade do ativo menor será o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* (Glaum *et al.*, 2015; Abughazaleh *et al.*, 2011 & Vogt *et al.*, 2016). Assim, pode-se concluir através do valor da *sig.* que a variável ROA é estatisticamente significativa, corroborando com a **Hipótese 3 (H3)**. A inclusão desta variável nos modelos finais de regressão logística confirma a aceitação da hipótese.

A variável RCP apresentou uma correlação negativa fraca com a variável IMPGOODW, mas estatisticamente não significativa. Esperava-se uma associação negativa e significativa entre a variável RCP e a variável IMPGOODW (Martins *et al.*, 2014). Quando analisada a amostra de todas as empresas em estudo conjuntamente, observa-se que a variável RCP não foi incluída em nenhum dos modelos finais de regressão logística múltipla, não sendo possível confirmar a nossa **Hipótese 4 (H4)**. Cumpre ainda referir, que para o subgrupo das empresas do PSI-20, esta hipótese é confirmada pela análise de correlação (apêndice 17, p. 81) e para o subgrupo das empresas do IBEX-35 esta variável é incluída no modelo final de regressão logística com sinal positivo, contrário ao da hipótese.

Relativamente à variável DIM, pela análise da regressão logística verifica-se que esta apresenta um coeficiente negativo, contrário ao da hipótese, mas tendo em conta o nível de significância ( $sig. = 0,017 < 0,05$ ), pode-se concluir que a variável DIM é estatisticamente significativa. Tal como o estudo elaborado por Glaum *et al.* (2015), no presente estudo esperava-se uma associação positiva e significativa entre a dimensão da empresa (DIM) e o reconhecimento das IMPGOODW, logo, a nossa **Hipótese 5 (H5)** não foi confirmada.

Por fim, no que diz respeito à variável ALAV, esta apresenta uma associação positiva e estatisticamente significativa ( $sig. = 0,000 < 0,05$ ) com o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. No entanto, no presente trabalho esperava-se uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a variável ALAV e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, tal como o estudo realizado por Hassine e Jilani (2017) e Vogt *et al.* (2016). Assim sendo, a **Hipótese 6 (H6)** não foi confirmada.

Posto isso, resume-se a verificação das hipóteses na Tabela 3.17.

**Tabela 3.17** Verificação das hipóteses resultantes da revisão de literatura

Hipóteses	Variáveis	Confirmação estatística <sup>5</sup>	+/-
H1	GOODW	Não confirmada	-
H2	RLP	Não confirmada	-
H3	ROA	Confirmada	+
H4	RCP	Não confirmada	-
H5	DIM	Não confirmada	-
H6	ALAV	Não confirmada	-

Em suma, em todos os modelos de regressão logística múltipla apresentados, bem como na análise de correlação da amostra, verifica-se que a variável independente ROA, é a única que vai de encontro com os estudos já elaborados, em que se espera uma associação negativa e significativa entre esta variável independente e a variável dependente IMPGOOW, ou seja, nas empresas que apresentam um ROA elevado, a probabilidade de reconhecerem perdas por imparidade do *goodwill* é quase nula.

<sup>5</sup> A confirmação ou não das hipóteses formuladas depende da significância estatística obtida pelo modelo de regressão logística múltipla.

## Capítulo IV. Conclusões

Neste capítulo apresentam-se as principais conclusões da investigação, tendo em conta os objetivos propostos e os resultados obtidos; serão, ainda, apresentadas algumas limitações do estudo e sugestões para futuras investigações.

### 4.1 Conclusões

Um dos temas que tem sido objeto de discussão por alguns autores, prende-se com os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*. As empresas devem realizar anualmente os testes de imparidade do *goodwill*, a fim de averiguar se a quantia recuperável do *goodwill* é inferior à quantia escriturada.

A presente dissertação tem como objetivo principal, estudar quais os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* divulgado pelas empresas não financeiras que integram o PSI 20 e IBEX 35, no período de 2013 a 2017.

Assim, este estudo contou com uma amostra de 31 empresas não financeiras cotadas (155 observações) e foram recolhidos dados nos Relatórios e Contas anuais Consolidados das respetivas empresas para o período económico compreendido entre 2013 e 2017, período em que o *goodwill* é sujeito exclusivamente a testes de imparidade do *goodwill* de acordo com a IFRS 3.

Por forma a dar resposta às hipóteses de investigação formuladas, foram utilizadas a análise estatística, nomeadamente estatísticas descritivas, análise de correlação e regressão logística múltipla. Os resultados alcançados conjuntamente, permitem concluir que de todas as variáveis incluídas neste estudo, apenas as variáveis: rentabilidade do ativo, dimensão da empresa e alavancagem financeira permitem explicar o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Por outro lado, as variáveis *goodwill*, resultado líquido do período e rentabilidade dos capitais próprios, não apresentaram resultados significativos, o que não nos permitiu concluir sobre a sua influência no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*.

Em síntese, é possível responder à nossa pergunta de investigação:

Quais os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* divulgado pelas empresas não financeiras do PSI 20 e IBEX 35 no período de 2013 a 2017? A rentabilidade do ativo, dimensão da empresa e alavancagem financeira foram os

principais determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* das empresas não financeiras do PSI 20 e do IBEX 35, no período de 2013 a 2017.

É importante realçar que a rentabilidade do ativo foi a única variável que corrobora, na íntegra, os estudos já elaborados (confirmando a nossa terceira hipótese). As restantes hipóteses não foram confirmadas para as empresas não financeiras analisadas no presente estudo.

## **4.2 Limitações do estudo e sugestões para investigações futuras**

A principal limitação deste estudo deve-se ao facto de o estudo incluir apenas as empresas que integram o PSI 20 e IBEX 35. Outra das limitações encontradas foi que, apesar das empresas estarem obrigadas a publicar os Relatórios e Contas, tal não se verificou para algumas empresas, dificultando a recolha de informações para a análise.

Por fim, outra das limitações encontradas prende-se com os testes de imparidade do *goodwill*, continuarem a ser pouco divulgados pelas empresas. Muitas empresas ainda não os fazem corretamente e outras apenas referem que efetuaram testes por imparidade do *goodwill*.

A realização desta investigação recaiu sobre as empresas não financeiras cotadas no PSI 20 e IBEX 35 que, como referido, acabou por ser uma das limitações deste trabalho. Assim, como sugestão para estudos futuros pode-se apontar a realização deste estudo para as empresas não cotadas. Considera-se, também, importante alargar a investigação para outras empresas de países Europeus, de modo a compreender se os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* nos países da Europa são uniformes e analisar os outros possíveis determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* que não fizeram parte deste estudo.

Outra limitação prende-se com o período amostral, uma vez que se fossem incluídos os anos de crise económica e financeira, eventualmente, os resultados obtidos para as variáveis em estudos poderiam ser diferentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AbuGhazaleh, N.M., Al-Hares, O.M., & Roberts, C. (2011). Accounting discretion in goodwill impairments: UK evidence. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 22(3), 165–204.
- Barros, T. D., & Rodrigues, A. M. (2013). O *goodwill* na avaliação de empresas: Um estudo sobre a realização de testes de imparidade e as alterações contabilísticas no âmbito das Concentrações de Actividades Empresariais. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 1(1), 118-130. ISSN: 2318-1001
- Bryman, A., & Cramer, D. (2003). *Análise de dados em ciências sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS para windows* (3ª Ed.). Oeiras: Celta
- Carvalho, C. M. (2015). *O Goodwill e o seu tratamento contabilístico pós adoção das IFRS: uma análise nas empresas da Euronext Lisbon*. Tese de Doutoramento em Contabilidade. Universidade de Aveiro. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/16511>
- Carvalho, C., Rodrigues, A. M. & Ferreira, C. (2010). A Mensuração Subsequente do Goodwill e a sua Contribuição para a Manipulação dos Resultados: uma Revisão da Literatura. *XIV Encuentro AECA, Coimbra, Portugal*, setembro.
- Castro, E. N. (2012). *A Manipulação de Resultados em Portugal através do Goodwill*. Dissertação de mestrado em Contabilidade e Finanças. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Catanha, O. S. (2016). *Dos modelos de performance financeiros tradicionais aos modernos*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais. Universidade Fernando Pessoa. Porto. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5218/1/Ovidio%20Salgueiro%20Catanha.PDF>
- Cavalinhos, P. C. (2013). *O impacto do goodwill nos resultados*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Politécnico de Setúbal: Escola Superior de Ciências Empresariais. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/5749/1/O%20impacto%20do%20goodwill%20nos%20resultados.pdf>
- Cunha, A., Correia, A., & Oliveira, P. (2010). Justo valor ou imparidade em contexto de crise?. *Revista contabilista*, 129, 28-37. ISSN 1645-9237
- Eloff, A. M., & Villiers, C. (2015). The value-relevance of goodwill reported under IFRS 3 versus IAS 22. *South African Journal of Accounting Research*, 29(2), 162-176.
- Fernandes, P. (2007). *O Impacto da Entrada em Vigor das IFRS na Gestão de Resultados: A Experiência Iberica*. Tese de Mestrado em Ciências Empresariais – Finanças. Faculdade de Economia: Universidade do Porto.
- Fonseca, J. C. (2009). O goodwill não é um activo. *Economia Global e Gestão*, 14 (2), 82.
- Francis, J., Hanna J. D., & Vincent L. (1996). Causes and Effects of Discretionary Asset Write-Offs. *Journal of Accounting Research*, 34, 117–134.
- Garnacho, A. D. (2013). *Determinantes da Rentabilidade dos Capitais Próprios de Empresas do Índice Euronext 100*. Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações – Ramo de Gestão de Empresas. Instituto Politécnico de Bragança.

Disponível em  
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/9268/1/Ariana%20Garnacho.pdf>

- Glaum, M., Landsman, W. R., & Wyrwa, S. (2015). Determinants of Goodwill Impairment under IFRS: International Evidence. *Working Paper, Otto Beisheim School of Management*.
- Gomes, P., Serra, S., & Ferreira, E. (2006). Ativos Intangíveis: o grau de adaptação das empresas portuguesas cotadas na Euronext relativamente à IAS 38. *Contabilidade e Gestão, Portuguese Journal of Accounting and management*, 2, 11-49.
- Gonçalves, C., Rebelo, E., Ferreira, L., Fernandes, J. S (2017). A imparidade em goodwill como estratégia de gestão de resultados: Análise comparada: Bolsas de Lisboa e Madrid. *XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Aveiro*, 1-24.
- Gonçalves, T.P. (2015). *O contributo da informação por segmentos nos testes de imparidade ao goodwill - Aplicação ao caso da EDP no segmento EDP Renováveis*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).
- Guerreiro, M. (2006). Impacto da adopção das International Financial Reporting Standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. *Revista Contabilidade e Gestão*, 3, 7 – 32.
- Hair Jr., J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L. & Black, W. C. (2009). *Análise multivariada de dados* (6ª ed.). Porto Alegre: Bookman. ISBN 978-85-7780-534-1
- Hassine, N. M., & Jilani, F. (2017). Determinants of Goodwill Impairment Losses under IAS 36: The French Case. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, 7(1), 343-371.
- Hayn, C., & Hughes, P. (2006). Leading indicators of goodwill impairment. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 21(3), 223-265.
- IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas. [Em linha] [Consult. 19 abr. 2019]. Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS\\_IFRS\\_UE/REGUL\\_1126\\_2008\\_consol\\_a\\_20nov2013\(reg1174\).pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/REGUL_1126_2008_consol_a_20nov2013(reg1174).pdf)
- IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos. [Em linha] [Consult. 19 abr. 2019]. Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS\\_IFRS\\_UE/REGUL\\_1126\\_2008\\_consol\\_a\\_20nov2013\(reg1174\).pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/REGUL_1126_2008_consol_a_20nov2013(reg1174).pdf)
- IAS 36 – Imparidade de Activos. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão de 3 de novembro de 2008 – Versão consolidada a 20 de novembro de 2013. [Em linha] [Consult. 19 abr. 2019]. Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/sitecnc\\_IAS2.htm](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/sitecnc_IAS2.htm)
- IAS 38 - Intangible Assets. [Em linha] [Consult. 19 abr. 2019] Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS\\_IFRS\\_UE/REGUL\\_1126\\_2008\\_consol\\_a\\_20nov2013\(reg1174\).pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/REGUL_1126_2008_consol_a_20nov2013(reg1174).pdf)
- IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. [Em linha] [Consult. 19 abr. 2019] Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS\\_IFRS\\_UE/REGUL\\_1126\\_2008\\_consol\\_a\\_20nov2013\(reg1174\).pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/REGUL_1126_2008_consol_a_20nov2013(reg1174).pdf)

financas.pt/pdf/IAS\_IFRS\_UE/REGUL\_1126\_2008\_consol\_a\_20nov2013(reg1174).pdf

- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Jornal Oficial da união Europeia de 31 de janeiro de 2018. [Em linha] [Consult. 19 abr. 2019]. Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS\\_IFRS\\_UE/Reg\\_313\\_2013\\_IFRS10\\_11\\_12.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/Reg_313_2013_IFRS10_11_12.pdf)
- Korošec, B., Jerman, M., & Tominc, P. (2016). The impairment test of goodwill: an empirical analysis of incentives for earnings management in Italian publicly traded companies. *Economic research-Ekonomska istraživanja*, 29 (1), 162-176.
- Lira, S. A. (2004). *Análise de Correlação: Abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações*. Dissertação de Pós-Graduação em Ciências, Universidade Federal do Paraná, Brasil. Disponível em [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/dissertacao\\_sachiko.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/dissertacao_sachiko.pdf)
- Lopes, C. A. (2017). *Consolidação de Contas De acordo com o SNC e Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo. ISBN: 978-972-618-910-7.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (5ª ed.). Pero Pinheiro: ReportNumber. ISBN: 978-989-96763-2-9.
- Martinho, C. (2009). *Uma Abordagem Quantitativa Longitudinal do Desempenho dos alunos do 12º ano*. Tese de Doutoramento. FCT – Universidade Nova de Lisboa.
- Martins, C., Silva, E.S., & Gama, A. (2014). Imparidades e Imparidades Líquidas: Um estudo empírico de empresas não cotadas em Portugal. *Jornal de Contabilidade-APOTEC*, 97-103.
- Monteiro, M. R. (2013). *As divulgações sobre o teste de imparidade ao goodwill nas grandes empresas europeias*. Tese de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70748/2/25376.pdf>
- Morais, C. M. (2005). *Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística*. Instituto Politécnico de Bragança: Escola Superior de Educação. Portugal. Disponível em <http://www.ipb.pt/~cmmm/conteudos/estdescr.pdf>
- Moreira, A. I. (2018). *Determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade do goodwill: Estudo das empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon*. Dissertação de mestrado em contabilidade e controlo de gestão. Porto: FEP – Faculdade de Economia da Universidade do porto.
- Palmeirinha, A. L. (2013). *A Imparidade de Ativos nas Grandes Empresas Portuguesas: Aspectos Contabilísticos e Fiscais*. Dissertação de Mestrado em Gestão Fiscal. ISG – Instituto Superior de Gestão de Lisboa. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7099/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_An\\_dreia\\_Palmeirinha.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7099/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_An_dreia_Palmeirinha.pdf)
- Pardo, F., & Giner, B. (2013). Goodwill Impairment in the aftermath of the Crisis: Do managers behave differently from the previous years?. *Paper presented at 36.th Congress of European Accounting Association, Paris*.
- Peng, C. J., Lee, K. L., & Ingersoll, G. M. (2002). An Introduction to Logistic Regression Analysis and Reporting. *The Journal of Educational Research*, 96(1), 3-14.

- Petersen, C. & Plenborg, T. (2010). How do firms implement impairment tests of goodwill? *Abacus: A journal of Accounting, finance and business studies*, 46(4), 419-446.
- Pires, D. S. (2017). *A relevância das perdas por imparidade do goodwill: Evidência dos países do Sul da Europa*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. ISCTE Business School: Instituto Universitário de Lisboa.
- Quintas, J. (2016). Aquisição de participações: ilustração prática NCRF 14 e IFRS 3 revista. *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*.
- Ramanna, K., & Watts, R. (2012). Evidence on the Use of Unverifiable Estimates in Required Goodwill Impairment. *Review of Accounting Studies*, 17(4), 749-780.
- Regulamento N° 1606/2002 Jornal Oficial da União Europeia (19-07-2002).
- Riedl, E. J. (2004). An Examination of Long-Lived Asset Impairments. *The Accounting Review*, 79(3), 823–852.
- Rodrigues, A. M. (2003). *O Goodwill nas Contas Consolidadas: uma análise dos grupos não financeiros portugueses*. Tese de Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/467>
- Rodrigues, A. M., Carvalho, C., & Ferreira, C. (2013). A Relevância das Perdas por Imparidade do Goodwill nos Oito Anos de Aplicação das IAS/IFRS em Portugal. *XIV Congresso de Contabilidade e Auditoria, 1-21. Lisboa: ISCAL/OTOC*.
- Rodrigues, A.M. (2016). *SNC-Sistema de Normalização Contabilística* (3ª ed.). Coimbra: Almedina. ISBN: 9789724064444
- Rodrigues, J. (2015). *Participações Financeiras e Consolidação de Contas* (1ª ed.). Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-32638-6.
- Rodrigues, M. N. (2015). *Perdas por Imparidade em Intangíveis: Goodwill*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Disponível em <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7870/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>
- Santos, J. L., Schmidt, P., Machado, N. P., Pinheiro, P. R., & Fernandes, L. A. (2004). Avaliação de Intangíveis: Tratamento contábil do goodwill no contexto mundial. *XI Congresso Brasileiro de Custos*. Porto Seguro: BA.
- Silva, N. R. (2013). *Fusões: Uma Análise Multidisciplinar*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Soares, V., & Rocha, C. J. (2009). O goodwill: Alterações decorrentes da introdução da IFRS 3. *I Jornadas de Contabilidade e Finanças no Séc. XXI*. Instituto Superior de Entre o Douro e Vouga. Disponível em 20-09-2017 em <https://pt.scribd.com/doc/15330820/O-Goodwill-Alteracoes-decorrentes-da-introducao-da-IFRS-3>
- Souza, M. M. (2011). *Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis.

- Stevenson, H., & McPhee, D. (2005). Acquiring companies: Knowing your IAS from your elbow. *Accountancy*, 136(1343), 82-83.
- Thiago, L. E., Silva, F. L., Grecco, M. C., Junior, L. C., & Leão, C. P. (2018). Perdas por imparidade por Impairment do Goodwill – Análise dos fatores que determinam o seu reconhecimento. *XVIII Encuentro Internacional AECA*. Lisboa, 9-12.
- Tulcidas, S. R. (2018). *A Divulgação de Informação do Goodwill pelas Empresas Cotadas na Bolsa de Valores Portuguesa – Análise das divulgações nas contas consolidadas*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. ISCTE Business School: Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17882/1/master\\_silpa\\_ravin\\_tulcidas.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17882/1/master_silpa_ravin_tulcidas.pdf)
- Viana, L. (2014). Manipulação de resultados contabilísticos. *Auditing of Public Private Partnerships*, 1-25.
- Vogt, M., Pletsch, C. S., Morás, V. R., & Klann, R. C. (2016). Determinantes do Reconhecimento das Perdas por Impairment do Goodwill. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(72), 349-362.
- Zang, Y. (2008). Discretionary behavior with respect to the adoption of SFAS 142 and the behavior of security prices. *Review of Accounting and Finance*, 7(1), 38-68.

# APÊNDICES

**Apêndice 1. Peso do goodwill no Total do ativo – PSI 20**

EMPRESAS PSI 20	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Altri SGPS	21,74%	21,43%	22,22%	20,66%	21,94%
Corticeira Amorim	0,84%	0,47%	0,00%	0,00%	1,13%
CTT Correios de Portugal	2,28%	0,65%	0,72%	0,58%	0,59%
EDP	7,73%	7,75%	7,97%	7,75%	5,31%
EDP Renováveis	9,26%	8,99%	8,66%	8,28%	7,99%
F. Ramada investimentos	0,00%	0,00%	0,00%	0,58%	0,40%
Galp Energia -NOM	1,70%	1,71%	1,07%	0,70%	0,68%
J. Martins, SGPS	13,06%	12,36%	12,00%	11,08%	10,04%
Mota Engil	3,54%	3,45%	0,81%	0,94%	0,82%
REN	0,07%	0,08%	0,08%	0,07%	0,36%
SEMAPA	6,96%	7,23%	8,25%	8,63%	8,83%
SONAE	2,32%	2,62%	2,46%	2,14%	2,11%
SONAE CAPITAL	9,63%	9,59%	10,61%	7,56%	9,18%
THE Navigator COMP	13,36%	13,91%	15,53%	15,66%	15,47%

**Apêndice 2. Peso do *goodwill* no Total do ativo – IBEX 35**

EMPRESAS	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Abertis	16,39%	16,45%	14,83%	14,59%	14,82%
Acerinox	1,73%	1,56%	1,68%	1,55%	1,57%
ACS	6,82%	7,36%	8,26%	9,35%	9,66%
Amadeus	33,55%	43,84%	35,39%	35,93%	34,43%
Cellnex TeleCom	5,05%	3,68%	10,66%	13,13%	13,97%
DIA	13,48%	14,86%	16,21%	14,76%	15,25%
ENAGÁS	0,25%	0,23%	0,33%	0,28%	1,90%
Ferrovial	8,29%	7,78%	7,43%	9,20%	8,97%
Gás Natural	10,33%	9,85%	10,31%	10,69%	10,06%
Grifols, SA	31,32%	37,57%	36,79%	35,97%	42,04%
Iberdrola	8,69%	8,91%	8,32%	8,16%	7,17%
Indra	16,04%	16,75%	15,35%	14,16%	20,76%
Mediaset	16,57%	19,33%	20,79%	22,12%	23,33%
Melia Hotels	0,99%	1,10%	1,93%	1,83%	1,89%
Repsol, SA	0,88%	0,96%	4,90%	4,80%	4,62%
Siemens Gamesa	8,13%	9,10%	8,37%	6,58%	28,30%
Telefonica	19,72%	20,53%	22,77%	23,20%	23,33%

### Apêndice 3. Peso do *goodwill* nos Capitais Próprios – PSI 20

Empresas PSI 20	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Altri SGPS	109,81%	97,53%	82,37%	77,27%	67,30%
Corticeira Amorim	1,74%	0,92%	0,00%	0,00%	2,14%
CTT Correios de Portugal	9,09%	3,09%	3,20%	3,30%	5,18%
EDP	28,22%	27,75%	27,96%	24,86%	16,56%
EDP Renováveis	19,93%	20,34%	19,93%	18,30%	16,42%
F. Ramada investimentos	0,00%	0,00%	0,00%	1,60%	0,85%
Galp Energia -NOM	3,63%	3,51%	2,21%	1,33%	1,38%
J. Martins, SGPS	42,12%	39,03%	40,18%	31,65%	32,12%
Mota Engil	23,89%	23,65%	5,61%	6,98%	6,36%
REN	0,35%	0,33%	0,32%	0,29%	1,34%
SEMAPA	24,52%	23,99%	29,66%	28,75%	28,81%
SONAE	2,50%	2,80%	2,62%	2,29%	2,26%
SONAE CAPITAL	19,47%	19,84%	19,63%	11,81%	16,26%
THE Navigator COMP	25,46%	25,92%	31,08%	30,60%	31,85%

#### Apêndice 4. Peso do *goodwill* nos Capitais Próprios – IBEX 35

EMPRESAS IBEX 35	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Abertis	69,38%	76,14%	71,34%	65,94%	92,58%
Acerinox	4,45%	3,72%	3,42%	3,19%	3,51%
ACS	49,67%	59,09%	56,09%	62,67%	59,62%
Amadeus	112,41%	127,40%	107,90%	101,15%	102,46%
Cellnex TeleCom	8,62%	9,05%	40,21%	68,98%	87,85%
DIA	247,44%	123,06%	178,17%	142,26%	169,68%
ENAGÁS	0,82%	0,78%	1,08%	1,05%	6,18%
Ferrovial	31,17%	32,92%	28,82%	34,13%	33,08%
Gás Natural	30,03%	27,52%	26,80%	26,50%	26,00%
Grifols, SA	86,80%	119,22%	107,00%	97,75%	126,32%
Iberdrola	22,11%	23,34%	21,27%	21,41%	18,56%
Indra	53,40%	61,17%	152,91%	124,86%	123,70%
Mediaset	20,08%	24,16%	26,93%	29,30%	32,01%
Melia Hotels	2,92%	2,80%	4,64%	3,89%	3,99%
Repsol, SA	1,79%	1,77%	10,77%	10,01%	9,19%
Siemens Gamesa	38,00%	27,92%	25,43%	21,99%	72,25%
Telefonica	85,27%	82,90%	107,70%	101,06%	100,84%

**Apêndice 5. N° de observações com imparidade do *goodwill* – PSI 20**

Empresas PSI 20	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Altri SGPS	N	N	N	N	N
Corticeira Amorim	N	S	S	N	N
CTT Correios de Portugal	N	S	N	N	S
EDP	S	S	S	S	N
EDP Renováveis	N	S	S	N	N
F. Ramada investimentos	-	-	-	N	N
Galp Energia -NOM	N	S	S	S	N
J. Martins, SGPS	N	N	N	N	N
Mota Engil	S	S	N	S	S
REN	N	N	N	S	S
SEMAPA	N	N	N	S	N
SONAE	S	N	S	S	N
SONAE CAPITAL	N	N	S	S	S
THE Navigator COMP	N	N	N	N	N

## Apêndice 6. N° de observações com imparidade do *goodwill* – IBEX 35

Empresas IBEX 35	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Abertis	N	N	S	N	N
Acerinox	N	N	N	N	N
ACS	S	S	S	S	S
Amadeus	N	N	N	N	N
Cellnex TeleCom	N	N	N	N	N
DIA	S	S	N	S	S
ENAGÁS	N	N	N	N	N
Ferrovial	N	N	S	S	S
Gás Natural	N	N	N	N	N
Grifols, SA	S	N	S	N	N
Iberdrola	S	N	N	N	N
Indra	S	S	S	S	S
Mediaset	N	N	N	N	N
Melia Hotels	N	S	S	N	N
Repsol, SA	N	N	N	N	N
Siemens Gamesa	N	N	N	N	N
Telefonica	N	N	S	S	S

## Apêndice 7. Rentabilidade do ativo – PSI 20

Empresas PSI 20	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Altri SGPS	0,04533	0,03017	0,09845	0,05990	0,07939
Corticeira Amorim	0,04836	0,05791	0,08245	0,14129	0,08400
CTT Correios de Portugal	0,05554	0,05241	0,06438	0,04701	0,01685
EDP	0,02837	0,02948	0,02932	0,02722	0,03426
EDP Renováveis	0,01290	0,01243	0,01075	0,01052	0,02812
F. Ramada investimentos	0,03591	0,04388	0,05671	0,06424	0,18053
Galp Energia -NOM	0,01375	-0,00897	0,01205	0,01670	0,05721
J. Martins, SGPS	0,07697	0,05833	0,06717	0,10803	0,06405
Mota Engil	0,02344	0,02097	0,01034	0,01599	0,01332
REN	0,02397	0,02290	0,02530	0,02202	0,02347
SEMAPA	0,04489	0,03710	0,03215	0,04630	0,04856
SONAE	0,08457	0,02473	0,03034	0,04326	0,02072
SONAE CAPITAL	-0,00994	-0,02083	0,00243	0,03736	-0,01046
THE Navigator COMP	0,07449	0,06700	0,08098	0,09000	0,08518

## Apêndice 8. Rentabilidade do ativo – IBEX 35

EMPRESAS	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Abertis	0,02689	0,02901	0,05837	0,03242	0,03349
Acerinox	0,00240	0,02770	0,00638	0,01511	0,05025
ACS	0,03120	0,02359	0,02988	0,03045	0,03409
Amadeus	0,08817	0,11119	0,10385	0,10727	0,10761
Cellnex TeleCom	0,09434	0,04686	0,02391	0,01395	0,00759
DIA	0,05817	0,10528	0,08692	0,04605	0,03021
ENAGÁS	0,05739	0,05286	0,05336	0,04522	0,05276
Ferrovial	0,03069	0,01382	0,02486	0,01635	0,02205
Gás Natural	0,03811	0,03294	0,03790	0,03632	0,03586
Grifols, SA	0,05856	0,05528	0,05535	0,05376	0,06056
Iberdrola	0,02899	0,02522	0,02350	0,02664	0,02864
Indra	0,03090	-0,02597	-0,20946	0,02112	0,03338
Mediaset	0,00225	0,03738	0,11972	0,13105	0,15979
Melia Hotels	-0,02172	0,00991	0,01281	0,03098	0,04143
Repsol, SA	0,00301	0,03031	-0,02146	0,02743	0,03610
Siemens Gamesa	0,00971	0,02144	0,03661	0,05130	-0,00078
Telefónica	0,04180	0,02659	0,00624	0,01940	0,02936

## Apêndice 9. Rentabilidade do capital próprio – PSI 20

Empresas PSI 20	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Altri SGPS	22,90%	13,73%	36,50%	22,40%	24,35%
Corticeira Amorim	10,05%	11,33%	15,53%	24,06%	15,88%
CTT Correios de Portugal	22,14%	24,84%	28,62%	26,53%	14,74%
EDP	10,35%	10,56%	10,29%	8,74%	10,69%
EDP Renováveis	2,78%	2,81%	2,47%	2,33%	5,78%
F. Ramada investimentos	10,96%	13,00%	15,82%	17,75%	38,80%
Galp Energia -NOM	2,94%	-1,84%	2,49%	3,17%	11,63%
J. Martins, SGPS	24,83%	18,41%	22,48%	30,86%	20,49%
Mota Engil	15,82%	14,38%	7,16%	11,83%	10,31%
REN	11,24%	9,93%	10,00%	8,64%	8,81%
SEMAPA	15,82%	12,31%	11,56%	15,43%	15,84%
SONAE	9,13%	2,65%	3,23%	4,62%	2,22%
SONAE CAPITAL	-2,01%	-4,31%	0,45%	5,84%	-1,85%
THE Navigator COMP	14,19%	12,48%	16,20%	17,58%	17,54%

## Apêndice 10. Rentabilidade do capital próprio – IBEX 35

EMPRESAS IBEX 35	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Abertis	11,38%	13,43%	28,08%	14,65%	20,91%
Acerinox	0,62%	6,61%	1,30%	3,10%	11,23%
ACS	22,72%	18,94%	20,28%	20,41%	21,05%
Amadeus	29,54%	32,31%	31,66%	30,20%	32,02%
Cellnex TeleCom	16,10%	11,51%	9,02%	7,33%	4,77%
DIA	106,76%	87,20%	95,54%	44,38%	33,60%
ENAGÁS	18,90%	18,03%	17,30%	16,98%	17,17%
Ferrovial	11,54%	5,85%	9,65%	6,07%	8,13%
Gás Natural	11,08%	9,20%	9,85%	9,00%	9,27%
Grifols, SA	16,23%	17,54%	16,10%	14,61%	18,20%
Iberdrola	7,38%	6,61%	6,01%	6,99%	7,42%
Indra	10,28%	-9,48%	-208,63%	18,62%	19,89%
Mediaset	0,27%	4,67%	15,51%	17,36%	21,93%
Melia Hotels	-6,38%	2,51%	3,08%	6,58%	8,76%
Repsol, SA	0,61%	5,59%	-4,71%	5,72%	7,19%
Siemens Gamesa	4,54%	6,58%	11,12%	17,13%	-0,20%
Telefonica	18,08%	10,74%	2,95%	8,45%	12,69%

**Apêndice 11. Dimensão da empresa (Logaritmo do Total do Ativo) – PSI 20**

Empresas PSI 20	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Altri SGPS	6,08685	6,093161	6,077455	6,108926	6,082817
Corticeira Amorim	5,79748	5,790599	5,824268	5,861459	5,939223
CTT Correios de Portugal	6,041446	6,072249	6,049013	6,119486	6,206493
EDP	7,623926	7,632184	7,628766	7,644278	7,624025
EDP Renováveis	7,11766	7,155831	7,196899	7,223612	7,210153
F. Ramada investimentos	5,238483	5,264981	5,289004	5,333999	5,497093
Galp Energia -NOM	7,137269	7,121081	7,106973	7,094791	7,091948
J. Martins, SGPS	6,696039	6,713694	6,726948	6,75478	6,809008
Mota Engil	6,576736	6,597888	6,702657	6,625385	6,664086
REN	6,704266	6,692385	6,661808	6,657995	6,729543
SEMAPA	6,629904	6,613275	6,609412	6,611561	6,600645
SONAE	6,088862	6,039747	6,038489	6,04315	6,043602
SONAE CAPITAL	5,801703	5,803452	5,758936	5,699298	5,712757
THE Navigator COMP	6,450198	6,432695	6,385585	6,38186	6,387236

## Apêndice 12. Dimensão da empresa (Logaritmo do Total do Ativo) – IBEX 35

EMPRESAS IBEX 35	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Abertis	7,4435672	7,4431106	7,4105951	7,4939544	7,4746646
Acerinox	6,6010785	6,6463599	6,6154947	6,6488524	6,6438485
ACS	7,6016839	7,5946216	7,5475265	7,5237463	7,5035276
Amadeus	6,7899642	6,7345692	6,8453585	6,8906501	6,8966915
Cellnex TeleCom	5,9201066	6,0905829	6,3067659	6,4617204	6,6081157
DIA	6,5277055	6,4951261	6,5368902	6,5773352	6,5594486
ENAGÁS	6,8477884	6,8871591	6,8894092	6,9660463	6,9810315
Ferrovial	7,3586961	7,4060801	7,4045601	7,3696425	7,361539
Gás Natural	7,6385991	7,7018097	7,6824339	7,67315	7,6750631
Grifols, SA	6,7664899	6,9268438	6,9823488	7,0055997	7,0382331
Iberdrola	7,9532129	7,9720705	8,0197981	8,0281897	8,0441027
Indra	6,5771378	6,5417376	6,4863311	6,5227081	6,5873279
Mediaset	6,2392008	6,1721412	6,1418087	6,1148454	6,0916656
Melia Hotels	6,5307347	6,5073394	6,5001032	6,5215918	6,5079647
Repsol, SA	7,7446606	7,7150753	7,8006896	7,8119033	7,7771149
Siemens Gamesa	6,6775501	6,6285779	6,6665802	6,7704899	7,2166179
Telefonica	8,075043	8,0874229	8,0803703	8,0921625	8,060947

### Apêndice 13. Alavancagem Financeira – PSI 20

Empresas PSI 20	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Altri SGPS	4,050982	3,55167	2,707898	2,739552	2,066878
Corticeira Amorim	1,078986	0,956612	0,884092	0,702506	0,890052
CTT Correios de Portugal	2,986946	3,738963	3,44526	4,64314	7,743716
EDP	2,649019	2,581962	2,509218	2,209271	2,121234
EDP Renováveis	1,15317	1,261391	1,302591	1,20975	1,054907
F. Ramada investimentos	2,053138	1,962023	1,789915	1,763428	1,149064
Galp Energia -NOM	1,138054	1,056964	1,067352	0,90102	1,032566
J. Martins, SGPS	2,226244	2,156435	2,347132	1,856373	2,1998
Mota Engil	5,747592	5,8544	5,921181	6,397087	6,74518
REN	3,688318	3,336825	2,952464	2,924912	2,75365
SEMAPA	2,52468	2,3187	2,59508	2,331863	2,26282
SONAE	0,079427	0,070282	0,065793	0,069044	0,071453
SONAE CAPITAL	1,022723	1,069364	0,85091	0,561934	0,771386
THE Navigator COMP	0,905406	0,863081	1,001118	0,953447	1,05855

### Apêndice 14. Alavancagem Financeira – IBEX 35

EMPRESAS IBEX 35	ANOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Abertis	3,2319011	3,6289593	3,8118071	3,5192395	5,2450938
Acerinox	1,5694732	1,386448	1,0390767	1,0542681	1,2352032
ACS	6,2811166	7,0281001	5,7881474	5,7042167	5,1736067
Amadeus	2,3506635	1,906191	2,0486181	1,8151729	1,9758399
Cellnex TeleCom	0,7066605	1,4570017	2,7723862	4,2530366	5,2894681
DIA	17,354718	7,2818736	9,9909139	8,6369709	10,123813
ENAGÁS	2,2923157	2,4118499	2,2413484	2,7548548	2,2545773
Ferrovial	2,7602898	3,2306926	2,8807522	2,7096927	2,6878409
Gás Natural	1,907129	1,7928968	1,5992008	1,4790318	1,5851953
Grifols, SA	1,7719367	2,1731522	1,9083856	1,7172296	2,0050548
Iberdrola	1,5443596	1,6200079	1,5555241	1,6225871	1,5902248
Indra	2,3286741	2,6507591	8,9604708	7,8157645	4,9584513
Mediaset	0,211846	0,2497154	0,2955801	0,3248397	0,3721004
Melia Hotels	1,9346661	1,536444	1,4061705	1,1255068	1,1151155
Repsol, SA	1,0235701	0,8430418	1,1972046	1,0844396	0,9910521
Siemens Gamesa	3,6767942	2,0690126	2,0386674	2,3399866	1,5530965
Telefonica	3,3250855	3,0377365	3,7306573	3,355857	3,3228642

### Apêndice 15. Estatística descritiva – PSI 20

	<b>N</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>	<b>Erro Desvio</b>
IMPGOODW	70	0	1	,37	,487
GOODW	70	0	1	,93	,259
RLP	70	0	1	,94	,234
ROA	70	-,021	,181	,043	,035
RCP	70	-,043	,388	,127	,090
DIM	70	5,238	7,644	6,440	,609
ALAV	70	,066	7,744	2,182	1,670
<b>N válido (de lista)</b>			<b>70</b>		

### Apêndice 16. Estatística Descritiva IBEX 35

	<b>N</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>	<b>Erro Desvio</b>
IMPGOODW	85	0	1	,29	,458
GOODW	85	1	1	1,00	,000
RLP	85	0	1	,94	,237
ROA	85	-,209	,160	,037	,043
RCP	85	-2,086	1,068	,129	,304
DIM	85	5,920	8,092	7,062	,601
ALAV	85	,212	17,355	2,996	2,693
<b>N válido (de lista)</b>			<b>85</b>		

## Apêndice 17. Matriz de correlação de *Pearson* – PSI 20

		Correlações <sup>a</sup>						
		IMPGOODW	GOODW	RLP	ROA	RCP	DIM	ALAV
IMPGOODW	Correlação de Pearson	1						
	Sig. (2 extremidades)							
	N	70						
GOODW	Correlação de Pearson	,098	1					
	Sig. (2 extremidades)	,418						
	N	70	70					
RLP	Correlação de Pearson	-,066	-,068	1				
	Sig. (2 extremidades)	,590	,574					
	N	70	70	70				
ROA	Correlação de Pearson	-,353**	-,230	,401**	1			
	Sig. (2 extremidades)	,003	,055	,001				
	N	70	70	70	70			
RCP	Correlação de Pearson	-,357**	-,098	,418**	,811**	1		
	Sig. (2 extremidades)	,002	,418	,000	,000			
	N	70	70	70	70	70		
DIM	Correlação de Pearson	,218	,433**	,135	-,308**	-,230	1	
	Sig. (2 extremidades)	,070	,000	,267	,009	,055		
	N	70	70	70	70	70	70	
ALAV	Correlação de Pearson	,130	,118	,178	-,198	,284*	,130	1
	Sig. (2 extremidades)	,283	,332	,139	,100	,017	,283	
	N	70	70	70	70	70	70	70

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

a. INDICE = PSI 20

## Apêndice 18. Matriz de correlação de *Pearson* – IBEX 35

### Correlações<sup>a</sup>

		IMPGOODW	GOODW	RLP	ROA	RCP	DIM	ALAV
IMPGOODW	Correlação de Pearson	1						
	Sig. (2 extremidades)							
	N	85						
GOODW	Correlação de Pearson	. <sup>b</sup>	. <sup>b</sup>					
	Sig. (2 extremidades)	.	.					
	N	85	85					
RLP	Correlação de Pearson	-,058	. <sup>b</sup>	1				
	Sig. (2 extremidades)	,597	.					
	N	85	85	85				
ROA	Correlação de Pearson	-,221*	. <sup>b</sup>	,542**	1			
	Sig. (2 extremidades)	,042	.	,000				
	N	85	85	85	85			
RCP	Correlação de Pearson	-,006	. <sup>b</sup>	,486**	,759**	1		
	Sig. (2 extremidades)	,957	.	,000	,000			
	N	85	85	85	85	85		
DIM	Correlação de Pearson	,023	. <sup>b</sup>	,061	-,193	-,039	1	
	Sig. (2 extremidades)	,836	.	,577	,077	,720		
	N	85	85	85	85	85	85	85
ALAV	Correlação de Pearson	,507**	. <sup>b</sup>	-,025	-,158	,236*	-,057	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	.	,823	,148	,030	,603	
	N	85	85	85	85	85	85	85

\*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

\*\*. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. INDICE = IBEX 35

b. Não é possível calcular porque pelo menos uma das variáveis é constante.

## Apêndice 19. Regressão Logística Múltipla – PSI 20

### Classificação inicial

Observado	Previsto			
	IMPGOODW		Porcentagem correta	
	0	1		
Passo 0	IMPGOODW	0	44	0,0
		1	26	100,0
Porcentagem global				37,1

### Testes de Omnibus do Modelo de Coeficientes

		Qui-quadrado	df	Sig.
Passo 1	Passo	13,271	1	0,000
	Bloco	13,271	1	0,000
	Modelo	13,271	1	0,000

### Resumo do modelo

Passo	Verossimilhança de log - 2	R <sup>2</sup> Cox & Snell	R <sup>2</sup> Nagelkerke
1	83,769	0,173	0,230

### Teste de Hosmer e Lemeshow

Passo	Qui-quadrado	df	Sig.
1	6,868	8	0,551

### Tabela de Classificação Final

Observado	Previsto				
	IMPGOODW		Porcentagem correta		
	0	1			
Passo	IMPGOODW	0	42	2	95,5
1		1	24	2	7,7
Porcentagem global					62,9

## Apêndice 20. Regressão Logística Múltipla – IBEX 35

### Tabela de Classificação inicial

Observado	IMPGOODW		Previsto		Porcentagem correta
			IMPGOODW		
			0	1	
Passo 0	0	0	60	0,0	
	1	0	25	100,0	
Porcentagem global					29,4

### Testes de Omnibus do Modelo de Coeficientes

		Qui-quadrado	df	Sig.
Passo 1	Passo	17,610	1	0,000
	Bloco	17,610	1	0,000
	Modelo	17,610	1	0,000
Passo 2	Passo	10,333	1	0,001
	Bloco	27,943	2	0,000
	Modelo	27,943	2	0,000

### Resumo do modelo

Passo	Verossimilhança de	R <sup>2</sup>	R <sup>2</sup>
	log -2	Cox & Snell	Nagelkerke
1	100,225	0,187	0,249
2	89,892	0,280	0,374

### Teste de Hosmer e Lemeshow

Passo	Qui-quadrado	df	Sig.
1	13,429	7	0,062
2	12,929	7	0,074

### Tabela de Classificação Final

<b>Observado</b>		<b>Previsto</b>		
		<b>IMPGOODW</b>		<b>Porcentagem</b>
		0	1	<b>correta</b>
Passo 1	IMPGOODW 0	57	3	95,0
	1	23	2	8,0
	Porcentagem global			69,4
Passo 2	IMPGOODW 0	56	4	93,3
	1	22	3	12,0
	Porcentagem global			69,4